Plano de Ensino

Curso: APN - Graduação em Administração Pública		
Departamento: ESAG-DAP - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PUBLICA ESAG		
Disciplina: Tecnologias Digitais na Administração Pública		**Código:** 42TECDIG
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2023/2	
Professor: DENILSON SELL	**Contato:** denilson@stela.org.br	

Ementa

Sistemas de informação, Inteligência artificial e Sistemas Baseados em Conhecimento: Conceitos, Tipologia e Aplicações. Fundamentos de Engenharia e Gestão do Conhecimento. Tecnologias e estratégias para a digitalização e a transformação digital das organizações.

Objetivo geral

Compreender o potencial de aplicação das tecnologias da informação e do conhecimento para a promoção da inovação nas organizações

Objetivo específico

- Compreender os conceitos básicos acerca de sistemas de informação e de sistemas de conhecimento;
- Compreender os fundamentos da engenharia e da gestão do conhecimento;
- Identificar o potencial de aplicação da inteligência artificial e da gestão do conhecimento na administração pública e no terceiro setor;
- Identificar as possibilidades de melhoria e de inovação dos serviços públicos a partir do uso estratégico das TICs.

Conteúdo programático

Apresentação - Plano de ensino e Avaliação

Cadeia de valor da inovação

Transformação Digital: Conceitos, elementos habilitadores e desafios

Fundamentos de Sistemas de Informação e de Conhecimento

Engenharia e Gestão do Conhecimento: Conceitos, Métodos e Técnicas

Projeto prático

Metodologia

Plano de Ensino

Os métodos e recursos utilizados para ministrar as disciplinas são:

- Aulas expositivas
- Uso de laboratório de informática
- Uso de ferramentas de mercado para cases práticos
- Organização do conteúdo em ferramenta de ambiente virtual de aprendizagem
- Desenvolvimento de projeto prático (consultoria) em organizações do 1º. e 3º. Setor

Sistema de avaliação

- 2 provas individuais (50%)

- Participação (10%)

- Projeto (40%)

Bibliografia básica

- LAUDON, Kenneth C; LAUDON, Jane Price. Sistemas de informação gerenciais. 11. ed. São Paulo: Pearson, 2014. 484 ISBN 978854300585.
- STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. Princípios de sistemas de informação. São Paulo: Cengage Learning, 2015. 719 p. ISBN 978852211625
- MOLINARO, Luís Fernando Ramos; RAMOS, Karoll Haussler Carneiro. Gestão de tecnologia da informação: governança de TI: Arquitetura e alinhamento entre sistemas de informação e negócio. Rio de Janeiro: LTC, 2015. 212 p. ISBN 9788521617723

Bibliografia complementar

- BARBIERI, Carlos. BI2-Business Intelligence: modelagem e qualidade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 392 p. ISBN 9788535247220
- RUSSELL, Stuart J; NORVIG, Peter. Artificial intelligence: a modern approach. 3rd. ed. New Jersey: Prentice-Hall, 2010. 1132 p. (Prentice Hall series in artificial intelligence.). ISBN 9780136042594
- TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. Gestão do conhecimento. Porto Alegre: Bookman, 2008. 319 p.
- FOREMAN, John W. Data smart: usando data science para transformar informação em insight. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016. 425 p.
- SILVA, Leandro Augusto da; PERES, Sarajane Marques; BOSCARIOLI, Clodis. Introdução à mineração de dados: com aplicações em R. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. xi, 277p. I

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: APN - Graduação em Administração Pública		
Departamento: ESAG-DAP - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PUBLICA ESAG		
Disciplina: Sociologia Aplicada à Administração Pública		**Código:** 12SAAP
Carga horária: 36	**Período letivo:** 2021/2	
Professor: JULIO SOUTO SALOM	**Contato:** juliosouto2103@gmail.com	

Ementa

Fundamentos de sociologia e de sociologia política. Estado, Governo, Administração Pública e Sociedade: distinção, características e relações. Significado político, social e econômico da Administração Pública. Categorias sociológicas e interface com a administração pública: família, grupo, comunidade, movimentos sociais, classe social, público, organizações e sociedade

Objetivo geral

Conhecer o papel das relações humanas nas organizações, especialmente da Administração Pública, partindo das principais correntes da teoria sociológica e da prática de investigação de questões atuais.

Objetivo específico

- Analisar criticamente a complexa estrutura das instituições e organizações sociais em seus processos administrativos de transformação e na interdependência de suas dimensões econômica, política e social.
- Compreender a importância da Sociologia na interpretação das relações de poder, especialmente ao abordar desafios atuais para a sociedade brasileira.
- Compreender as relações entre sociologia e economia, através da Sociologia econômica, e estudar os seus impactos na administração e na sociedade.
- Compreender os fundamentos sociológicos de noções fundamentais como Estado, Nação, Sujeito, Cidadania, Comunidade, Classe Social, Raça, Gênero, Etnia, Cultura, Organização.

Conteúdo programático

Apresentação da disciplina

Fundamentos científicos do pensamento sociológico: a imaginação sociológica.

Contexto histórico do surgimento da sociologia.

Modernização e Fatos Sociais: o positivismo em Comte, Durkheim e Rondon.

Trabalho e desigualdade: de Marx a nossos dias.

Burocracia e Racionalidade: Weber.

Plano de Ensino

Elaboração e Apresentação parcial de Trabalhos em Grupo.

Avaliação Parcial 1

Raça na formação nacional do Brasil

Meio Ambiente e Sociedade

O Trabalho na era digital: uberização.

Estado e Direito: perspectivas sociológicas.

Avaliação Parcial 2

Apresentação de Trabalhos em Grupo.

Metodologia

O programa será desenvolvido através de conteúdos expositivos assíncronos (vídeos e leituras), aulas sícnronas expositivas e interativas, e diálogos nos Fóruns.

- Todas as aulas síncronas serão realizadas no Moodle/BBB. Antes da aula síncrona, é imprescindível que os estudantes realizem as leituras, assistam o material correspondente no Moodle, e comentem nos Fórums. A aula síncrona priorizará a interação, devendo os estudantes formular dúvidas e argumentações sobre o tema da aula. As aulas serão pautadas por slides projetados pelo professor. Após a aula, o vídeo da aula será disponibilizado no Moodle para que todos os alunos possam acessar a qualquer momento;

- A participação nas aulas síncronas do Moodle/BBB será fundamental, assim como a interação nos Fóruns da disciplina (de forma assíncrona).

- Toda semana serão disponibilizados atendimentos individualizados aos alunos via BBB ou, caso necessário por questões técnicas, alguma outra plataforma de video-chamada (Microsoft Teams). O agendamento dos horários deve ser realizado com o professor via mail ou Mensagem no Moodle, e os mesmos terão duração de 15 minutos. Os períodos para agendamento de atendimento são: segundas-feiras, quartas-feiras e quintas feiras, das 13hrs às 17hrs. Excepcionalmente poderão ser agendados atendimentos em dias e horários diferentes;

- Todo o material necessário para o acompanhamento da disciplina será disponibilizado pelo professor via Moodle, inclusive com arquivos dos capítulos dos livros digitalizados, não necessitando, assim, a necessidade de os alunos terem os mesmos na forma física.

Sistema de avaliação

A avaliação será feita a partir de provas escritas e trabalhos na seguinte proporção:

- Prova individual 1 - 25%
- Prova individual 2 - 25%

- Entrega e Apresentação do Protótipo do Trabalho em Grupo - 15%

Plano de Ensino

- Entrega e Apresentação do Trabalho em Grupo - 25%

- Participação nos Fóruns, nas aulas síncronas e atividades extra - 10%

O Trabalho em Grupo será explicado no Moodle e detalhado nas aulas.

Bibliografia básica

- ARON, R. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. Aprendendo a pensar com a sociologia. 2.ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2010.
- DIAS, Reinaldo. Introdução à Sociologia, 2ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- SELL, C. E. Sociologia Clássica: Durkheim, Weber e Marx. Itajaí: Univali, 2001.

Bibliografia complementar

- ARAÚJO, Silvia Maria P. de; BRIDI, Maria Aparecida da Cruz; MOTIM, Benilde Maria Lenzi. Sociologia: um olhar crítico . São Paulo: Contexto, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- COHN, Gabriel (org.). Weber. São Paulo: Ática, 1982.
- DIAS, R. Sociologia das Organizações. São Paulo: Atlas, 2008.
- DURKHEIM, Émile. O Suicídio. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FERNANDES, Florestan. A integração do Negro na sociedade de classes. São Paulo: Globo, 2008.
- FERNANDES, Florestan. "A sociologia como afirmação". Revista Brasileira de Sociologia. Vol 9, nº 21, Jan-Abr/2021, p. 260-293.
- HARNECKER, Marta. Os conceitos elementares do materialismo histórico. 2ª ed. São Paulo: Global, 1983.
- MENESES, Djacir (org.) O Brasil no Pensamento Brasileiro: Manual bibliográfico de estudos brasileiros. Brasília: Senado Federal, 1998.
- MOURA, Clóvis. Sociologia do Negro Brasileiro. São Paulo: Ática, 1988.
- RODRIGUES, José Albertino. Durkheim. São Paulo: Ática, 1984.
- SANTOS, B. S., Introdução à sociologia da Administração da Justiça. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 21, Coimbra, Nov. 1986.
- SLEE, Tom. Uberização: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Ed. Elefante, 2017.
- STEINER, Philippe. A Sociologia Econômica. São Paulo: Atlas, 2006.
- WEBER, Max. "Política como vocação". Em: Ciência e Política - Duas Vocações. São Paulo: Martin Claret, 2015.
- WOLFFENBUTTEL, R. F. A produção social da inovação: o automóvel elétrico e as redes de inovação no Brasil. Porto Alegre: Ed. CirKula, 2021.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: APN - Graduação em Administração Pública		
Departamento: ESAG-DAP - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PUBLICA ESAG		
Disciplina: Direito Administrativo		**Código:** 22DAD
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2024/2	
Professor: DENISE PINHEIRO	**Contato:** denise.esag@gmail.com	

Ementa

Regime jurídico-administrativo. Administração Pública Direta e Indireta: estrutura e organização. Ato administrativo. Princípios. Atividades da Administração Pública. Poder e Função no âmbito administrativo. Processo Administrativo. Serviços Públicos. Agentes Públicos. Responsabilidade civil do Estado. Direito Administrativo Sancionador. Sistema Jurídico Anticorrupção. A proteção de dados e
o Setor Público. Controle e participação na Administração Pública. Relações Estado sociedade civil: marco legal e instrumentos jurídicos. Estatuto da Cidade.

Objetivo geral

Estudar o regime jurídico da Administração Pública.

Objetivo específico

- Examinar a estrutura jurídica da Administração Pública brasileira.
- Estudar a teoria dos atos administrativos, contextualizando-a com o cotidiano da gestão pública.
- Identificar os princípios e poderes da Administração Pública.
- Classificar agentes públicos e examinar os principais aspectos constitucionais pertinentes.
- Analisar as categorias de corrupção e os instrumentos jurídicos específicos para prevenção e combate.
- Identificar os elementos da responsabilidade civil do Estado.
- Analisar as formas jurídicas de controle e participação na Administração Pública.
- Categorizar serviço público e estudar o seu regime jurídico.

Conteúdo programático

Unidade I - Direito Administrativo. Aspectos Preliminares

Unidade II - Administração Pública - Organização

Unidade III - Atos Administrativos

Unidade IV - Poderes da Administração Pública

Unidade V - Agentes Públicos

Plano de Ensino

Unidade VI - Princípios da Administração Pública: Constitucionais e Infraconstitucionais

Unidade VII - Lei de Acesso à Informação - LAI e Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Do Tratamento de Dados Pessoais pelo Poder Público)

Unidade VIII - Responsabilidade Civil do Estado.

Unidade IX - Aspectos Jurídicos do Serviço Público.

Unidade X - Controle da Administração Pública. Sistema Normativo Anticorrupção. Improbidade Administrativa. Lei Anticorrupção.

Apresentação da disciplina. Plano de ensino.

Avaliação

Correção da Avaliação

Atividade

Exercício

Metodologia

Aulas expositivas dialogadas, desenvolvidas a partir da legislação, doutrina e jurisprudência. Realização de provas de exercícios, de debates sobre temas e atualidades relacionados à Administração Pública, a partir de textos, estudos de caso, filmes, documentários e podcasts previamente indicados.

Sistema de avaliação

A avaliação dos alunos matriculados na disciplina é realizada mediante os seguintes instrumentos:

1. Frequência mínima de 75% das aulas.

2. Resultado obtido nas provas (N1 e N2). Serão realizadas duas provas individuais e escritas para as quais serão atribuídas notas de 0 (zero) a 10 (dez), cada uma delas representando 50% da nota final.

OBS: O processo de realização de provas de segunda chamada e/ou exames finais será realizado de acordo com o regulamentado pela UDESC.

Bibliografia básica

Plano de Ensino

Legislação brasileira disponível em: http://www.planalto.gov.br
Roteiros de aula disponibilizados durante a disciplina.

ALEXANDRINO, Marcelo.; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. 32. ed. São Paulo: Método, 2023.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. Curso de direito administrativo. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2019
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 37. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2023. Disponível em "Minha Biblioteca", com acesso pelo id.udesc

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. Disponível em "Minha Biblioteca", com acesso pelo id.udesc

MEIRELLES, Hely Lopes; ALEIXO, Délcio Balestero; BURLE FILHO, José Emmanuel. Direito administrativo brasileiro. 41. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2015.

NOHARA, Irene. Direito Administrativo. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2023. Disponível em "Minha Biblioteca", com acesso pelo id.udesc

Bibliografia complementar

CARVALHO, Matheus. Manual de direito administrativo. 4. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2017.

DEZAN, Sandro Lucio. Ilícito administrativo disciplinar: da atipicidade ao devido processo legal substantivo. 2. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá Ed., 2015.

DEZAN, Sandro Lucio. Nulidades no processo administrativo disciplinar: à luz das teorias gerais do processo e do ato administrativo. Curitiba: Juruá Ed., 2017.

FREITAS, Juarez. Direito fundamental à boa administração pública. 3. ed., refund. e aum. São Paulo: Malheiros, 2014.

FURTADO, Lucas Rocha. As Raízes da corrupção no Brasil: estudo de casos e lições para o futuro. Belo Horizonte: Fórum, 2015

MENDES, Gilmar Ferreira; CARNEIRO, Rafael de A. Araripe (coordenadores). Nova lei de improbidade administrativa : inspirações e desafios. São Paulo: Almedina, 2022.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção; OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Comentários à Reforma da Lei de Improbidade Administrativa. Rio de Janeiro: Forense, 2022. Disponível em Minha Biblioteca, com acesso pelo id.udesc.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Organização administrativa. 4. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018. Disponível em "Minha Biblioteca", com acesso pelo id.udesc

PINHEIRO, Patricia Peck. Proteção de Dados Pessoais: comentários à lei n. 13.709/2018. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2023. Disponível em "Minha Biblioteca", com acesso pelo id.udesc

SCHIRATO, Vitor Rhein. As empresas estatais no Direito Administrativo Econômico Atual. São Paulo: Saraiva, 2016. - (Série IDP). . Disponível em "Minha Biblioteca", com acesso pelo id.udesc

ZIMMER, JÚNIOR. Aloíso. Corrupção e improbidade administrativa: cenários de risco e a responsabilização dos agentes públicos municipais. São Paulo: Thomson Reuters, 2018.

ZIMMER JÚNIOR, Aloísio; NOHARA, Irene Patrícia. Compliance anticorrupçãoe. Das contratações públicas. São Paulo: Thomson Reuters, 2021.

Plano de Ensino

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: APN - Graduação em Administração Pública		
Departamento: ESAG-DAP - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PUBLICA ESAG		
Disciplina: Antropologia da Política		**Código:** 32ANTPOL
Carga horária: 36	**Período letivo:** 2023/2	
Professor: DANIEL MORAES PINHEIRO	**Contato:** daniel.m.pinheiro@gmail.com	

Ementa

A antropologia da política e sua aplicação na administração pública: conceitos, métodos e práticas. Fronteiras entre política, economia e religião. A visão antropológica de ideologia e controle social. Cultura e cybercultura. Símbolos, crenças, mitos e valores na política e na sociedade. Cultura política no Brasil. Eleições e voto. Trajetória e carreira política. Antropologia digital e seus impactos na democracia.

Objetivo geral

Compreender como os atores sociais compreendem e experimentam a política, especialmente, no contexto, problemática e desafios da administração pública.

Objetivo específico

- Compreender o campo e abordagem antropológicos e suas contribuições e aplicações na administração pública;
- Apresentar noções do trabalho do antropólogo e da antropologia como ciência e suas contribuições na pesquisa e na prática da administração pública;
- Debater o "lugar" da política no ambiente das organizações públicas;
- Debater acerca dos principais conceitos na fronteira da antropologia com a administração;
- Discutir noções de Cultura Política e das culturas presentes na sociedade brasileira;
- Apresentar a visão antropológica da política em relação aos fenômenos da política: eleições, votos, trajetória e carreira política;
- Compreender os novos fenômenos e espaços da vida política.

Conteúdo programático

1. Antropologia e abordagens da antropologia: fronteiras com as ciências humanas, sociais e a sociais aplicadas.

2. Antropologia: símbolos, crenças e valores: a política nas sociedades e nas culturas.

3. O trabalho do Antropólogo.

4. Antropologia da política e cultura política. Noções gerais.

5. Fronteiras entre a economia, política e religião na antropologia.

Plano de Ensino

6. Política na cidade e nas organizações públicas.

7. Cultura política: a construção histórica e principais abordagens.

8. Ideologia.

9. Controle social.

10. Confiança.

11. Liberdade.

12. Democracia.

13. Instituições da democracia e espaços públicos.

14. Partidos políticos.

15. Mídia e política.

16. Cybercultura e o novo espaço público.

17. Tempos líquidos e política.

18. Trajetória e carreira política.

Metodologia

Aulas expositivas com utilização de instrumentos de apoio audiovisuais. Estímulo a leituras, ao acesso a materiais práticos e lúdicos, como complemento ao processo de aprendizagem. Elaboração de jogos didáticos e atividades de campo. Será utilizado o sistema Moodle para disponibilização de materiais, comunicação e orientações durante o semestre.

Sistema de avaliação

1. Avaliação Unidade I - 25%
2. Avaliação Unidade II - 25%
3. Resumos/Seminários/Atividades Extras/Estudos Dirigidos - 10%
4. Jogos (prática didático-pedagógica) - 40%

Plano de Ensino

Bibliografia básica

KUSCHNIR, K. Antropologia da política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
KOTTAK, C. P. Um espelho para a humanidade: uma introdução à antropologia cultural. 8. ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, Penso, 2013.
LAPLANTINE, F. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2006.

Bibliografia complementar

ARENDT, H. A dignidade da política. Ensaios e conferências. R.J.: Relume Dumará, 2002.
ARENDT, H. LUDZ, U. O que é política? 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
AVELAR, L. CINTRA, A. O. Sistema Político Brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro, Konrad Adenauer-Stiftung; São Paulo, Editora da UNESP, 2007.
AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. Opinião Pública, Campinas, vol. 14, nº 1, p. 43-64. Junho, 2008.
AZEVEDO, A; ALBERNAZ, R. A "antropologia" do Guerreiro: a história do conceito de homem parentético*: em memória a Eliana Guerreiro Ramos (1949-2003). Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro , v. 4, n. 3, p. 01-19, Oct. 2006.
BAQUERO, M. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. São Paulo em perspectiva, v. 15, n. 4, p. 98-104, 2001.
BAQUERO, M. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. Opinião Pública, v. 14, n. 2, p. 380-413, 2008.
BAUMAN, Z. Tempos líquidos. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Editora Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 2007.
BENEVIDES, M. V. de M. Cidadania e democracia. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 33, p. 5-16, 1994.
BERNARDO, Alexandre José; JUNIOR, Lucio Rennó. Confiança interpessoal e engajamento cívico: Uma análise correlacional. Revista Psicologia em Pesquisa, v. 1, n. 2, 2007.
BOAVENTURA. S.S. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo, Córtex editora, 2008.
BOBBIO. N. Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
BORBA, J. Cultura Política, Ideologia e Comportamento Eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. In: Opinião Pública. Vol. XI. Campinas: 2005. p. 147-168.
CARDOSO R (org.). A aventura antropológica: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O trabalho do antropólogo. Paralelo Quinze/Editora Unesp, p. 15-35. Brasilia/São Paulo, 1998.
CARREIRÃO, Y. de S. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. Opinião Pública, v. 12, n. 1, p. 136-163, 2006.
CARREIRÃO, Y. A Decisão do Voto nas Eleições Presidenciais Brasileiras. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
CASTOR, B. V. J. O país dos falsos preguiçosos. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.35, n. 3, p. 181-96, maio/jun. 2001.
CUCHE, D. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 1996.
DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (org.) Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.
DAGNINO, E. Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo. Paz e Terra, 2002.
DAMATTA, R. A casa & a rua. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.
DA SILVA, C. Confiança política e qualidade da democracia no Brasil (2006-2016): aproximação teórica e alguns dados empíricos. Revista Estudios de Políticas Públicas, v. 5, n. 2, p. 30-41, 2019.
DANTAS, H (Org.). Governabilidade. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2018.
DANTAS, H. Cidades: para entender melhor o lugar onde vivemos. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.
DEGUSMÃO, N. M. M. Antropologia, Estudos Culturais e Educação: desafios da modernidade. Revista Pro-Posições UNICAMP, v. 19, n. 3 (57). Campinas, set/dez, 2008.
DE MARCHI, J.; PINHEIRO, D. M.; PAGANI, C. O papel das Associações Comunitárias na promoção da confiança do cidadão em instituições públicas. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL, v. 13, p. 1-18, 2021.
DUARTE, Luiz Fernando D. Valores cívicos e morais em jogo na Câmara dos Deputados: a votação sobre o pedido de impeachment da presidente Dilma. Religião e Sociedade, v. 37, nº 1, p. 145-166. Rio de Janeiro, 2017.
FARIA, Flávia. Participação, renovação e ocupação: limites da representação e experiências de transformação política. Revista Contraponto, v. 5, nº 1, 2018.
FOCKINK, C. Os efeitos negativos da corrupção nas Instituições Públicas e no Regime Democrático. Revista Direitos Fundamentais & Democráticos, Curitiba, v. 24, nº 3, p. 181-210. Set-Dez, 2019.
FONTES, P. V. Juventude, participação política e movimentos sociais: reflexões críticas. Teoria & Sociedade, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 161-175, 2017.
GOMES M.P. Antropologia: ciência do homem; filosofia da cultura. São Paulo: Contexto, 2009.
GOMES, W. 2007. Democracia digital: que democracia? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, II, Belo Horizonte, 2007. Anais... Belo Horizonte, UFMG, s/d.

Plano de Ensino

GRAU, N. C. Repensando o público através da sociedade: novas formas de gestão pública e representação social. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1998.
GUERREIRO RAMOS, A. Modelos de Homem e teoria Administrativa. Revista de Administração Pública, vol 18. n.2.
HABERMAS, J. Mudança estrutural e esfera pública. R.J.: Tempo Brasileiro, 1984.
HOLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 254 p.
KUSCHNIR, K.; CARNEIRO, L. P. As dimensões subjetivas da Política: cultura política e antropologia política. In: Revista de Estudos Históricos. Vol. 13. nº 24. Rio de Janeiro, 1999. p. 227-250.
JUNIOR, C.; CAMPOS, R.; GUSMÃO, E. Antropologia e filosofia política: uma relação estranha? Ou como analisar controvérsias entre cidadãos seculares e religiosos em uma democracia liberal. Debate do NER, ano 18, n. 32, p. 143-170. Porto Alegre, jul/dez, 2017.
LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F. H. Os Partidos e as Eleições no Brasil. São Paulo: CEBRAP/Paz e Terra, 1978.
LARAIA, R. B. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006
LEACH, E. R. Repensando a antropologia. São Paulo: Perspectiva, 2005.
LENHARO, A. Nazismo: o Triunfo da Vontade. São Paulo: Ática, 2006.
LÉVY, Pierre. Cibercultura. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 2010. 270 p.
LOPES, D M N N. Para pensar a confiança e a cultura política na América Latina. Opinião Pública, Campinas, v. 10, n. 1, p. 162 187, Mai, 2004.
MAFFESOLI, M. A transfiguração do Político: a tribalização do mundo. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.
MAGNANI, J.G.; LUCCA, L. Na Metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. FAPESP, 2000.
MIGUEL, L. F. A mídia e o declínio da confiança na política. Revista Sociologias, ano 10, n° 19, p. 250-273. Porto Alegre, jan/jun, 2008.
MOISÉS, José Álvaro. Democratização e cultura política de massas no Brasil. Lua Nova, n. 26, p. 5-51, ago. São Paulo, 1992.
MOISÉS, José Álvaro. Cidadania, confiança e instituições democráticas. Lua Nova, nº 65, p. 71-94. São Paulo, 2005.
MOISES, J. A; CARNEIRO, G. P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime - o caso do Brasil. Opinião Pública. Campinas, vol. 14, n° 1, p. 1-42. Campinas, Junho 2008.
MURILO CARVALHO, J. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990
NEUMANN, Franz; PROL, Flávio Marques. O conceito de liberdade política. Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade, n. 22, p. 107-154, 2013.
NOVAES R. R.; LIMA, R. K. (orgs) Antropologia e Direitos humanos. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense
OLIVEIRA, G. A. Antropologia cultural. Caderno pedagógico CEAD/UDESC OLIVEIRA, R. C. O ofício do antropólogo, ou como desvendar evidências simbólicas. In: Anuário antropológico/2006. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.
OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Redes de confiança, inserção e atuação profissional em partidos políticos no Brasil. Etnográfica: Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social, v. 24, ed. 1, p. 27-48. 2020.
PESCHARD, J. La cultura política democrática. México DF: Instituto Federal Electoral, 1994.
PINHEIRO, D.; MELO, D.; COSTA, J. (Orgs.). Democracia: desafios, oportunidades e tendências. Florianópolis: Imaginar o Brasil, 2014.
PINHEIRO, D. M.; BRAUN NETO, J.; GONSALVES, A. In: TEIXEIRA, C. S. et al. (Org.). Educação fora da caixa 6: tendências internacionais e perspectivas sobre inovação na educação. Florianópolis, SC: Trem da Ilha Serviços Editoriais e Computacionais, 2021
PINHEIRO, D. M.; FARIAS, G. R. Incentivos e barreiras ao ingresso do jovem na política: uma discussão teórica. Juventude.BR - CEMJ, v. 19, p. 7-14, 2021.
PUTNAM, R. Comunidade e Democracia. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2005. Cap. 6, Capital Social.
RENNÓ, Lucio R. Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na America Latina. Opinião Pública, v. 7, nº 1, p. 33-59. Campinas, 2001.
RENNÓ, L., 2011. Validade e confiabilidade das medidas de confiança interpessoal: o Barômetro das Américas. Dados, 54(3), pp.391-428. DOI: 10.1590/S0011-52582011000300005.
RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Cultura política, instituições e experiência democrática no Brasil. Revista de Sociologia e Política, ed. 28, p. 205-270. 2007.
RIZEK, C. S. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil: um balanço necessário. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, n° 51. São Paulo, 2003.
SELL, Carlos Eduardo. Partidos políticos. In: SELL, Carlos Eduardo. Introdução à sociologia política: política e sociedade na modernidade tardia. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
SELL, C. E. Introdução à sociologia política: política e sociedade na modernidade tardia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
SERVA, M.; JAIME JUNIOR, P. Observação participante pesquisa em administração: uma postura antropológica. Rev. Adm. Emp., São Paulo, v. 35, n. 3, p. 64-79, Jun., 1995.
SOARES, M. M. 1998. Federação, democracia e instituições políticas. Lua Nova, São Paulo, n. 44.
TRIVINHO, E. A condição transpolítica da cibercultura. Revista FAMECOS, N° 31, quadrimestral. Porto Alegre, dezembro de 2006.
VIEIRA M. B. SILVA Filipe C. da. Democracia deliberativa hoje: desafios e perspectivas. Revista Brasileira de Ciência Política, n.10. Brasília, janeiro - abril de 2013, pp. 151-194.
WEBER, M. Ciência e política: duas vocações. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

Plano de Ensino

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: APN - Graduação em Administração Pública		
Departamento: ESAG-DAP - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PUBLICA ESAG		
Disciplina: Administração Pública Brasileira		**Código:** 32APBR
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2024/2	
Professor: RENATA WANDROSKI PERIS WOLF	**Contato:**	

Ementa

Trajetória histórica da administração pública brasileira, modelos de administração pública e suas particularidades em relação a outros países. Trajetória das reformas administrativas na administração pública brasileira. Reformas administrativas em diferentes setores e políticas públicas: características e efeitos e limites. Dilemas e perspectivas da administração pública brasileira. Experiências nacionais e internacionais.

Objetivo geral

Compreender a relação entre as reformas administrativas processadas no Brasil e os diferentes modelos de gestão, com a trajetória histórica e a estruturação do serviço público e as formas de provisão de serviços públicos.

Objetivo específico

- Conhecer em perspectiva histórica as reformas administrativas no Brasil;
- Conhecer características dos principais modelos de gestão pública, seus efeitos e limites;
- Compreender as diferentes estruturas de serviço público e suas interfaces com os diferentes modelos de gestão;
- Explorar experiências contemporâneas para o design e implementação de serviços públicos.

Conteúdo programático

Unidade I: Introdução às Reformas Administrativas
1.1. Conceitos introdutórios;
1.2. Visão Geral - Estados Unidos, Europa e Brasil

Unidade II: Reforma Administrativa e Inovação no Serviço Público
2.1 As reformas do Estado e da Administração Pública no Brasil: histórico, transformações institucionais, avanços, limites e perspectivas;
2.2 Modelos de gestão: Do patrimonialismo a governança pública;
2.3 Interseções dos modelos no Brasil às experiências internacionais.

Unidade III: Serviços Públicos
3.1. Modelos contemporâneos de gestão pública em diferentes setores e políticas públicas: características, efeitos e limites.
3.2. Dilemas e perspectivas da administração pública brasileira.
3.3. Experiências nacionais e internacionais.

Metodologia

Aulas expositivo-dialogadas com uso de instrumentos de apoio audiovisuais, além de outros materiais didáticos, como artigos e vídeos. Exercícios práticos - dinâmicas e estudos de caso serão utilizados para fixação dos conteúdos.

Plano de Ensino

Sistema de avaliação

A avaliação será composta pelas seguintes atividades e seus respectivos pesos:

ITEM PESO DESCRIÇÃO
Avaliação I 30% Avaliação individual, sem consulta e abrange todo o conteúdo ministrado até a aula anterior a esta data.
Atividades 20% Atividades em grupo envolvendo fichamentos de artigos científicos (conf. modelo), estudos dirigidos, exercícios de fixação.
Avaliação II 30% Avaliação individual, sem consulta e abrange todo conteúdo ministrado até a aula anterior a esta data, excluindo o conteúdo abordado na Avaliação I.

Seminário 20% Seminário temático sobre o processo de descentralização das políticas públicas e o impacto sobre os serviços públicos

Bibliografia básica

ABRUCIO, Fernando L.; LOUREIRO, Maria Rita. Burocracia e ordem democrática: desafios contemporâneos e experiência brasileira. In: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela: OLIVEIRA, Vanessa Elias de (org.). Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas. Brasil: IPEA, Enap, 2018. Cap. 1 - 23-57. http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3247/1/livro_Burocracia%20e%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20no%20Brasil%20-%20interse%C3%A7%C3%B5es%20anal%C3%ADticas.pdf

BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. Rio de Janeiro: FGV, 2003. https://editora.fgv.br/produto/reforma-do-estado-e-administracao-publica- gerencial-2296

PAULA, A. P. P. Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro, FGV, 2005. https://www.scielo.br/j/rac/a/Z6wL3KxPRpB6W56sj9HGzFc/?lang=pt

REZENDE, Flávio da Cunha. Por que falham as reformas administrativas? Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004. https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ckSgGmtXCwnK3HK46DF3MSN/?lang=pt

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. RAP, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347-369, mar./abr. 2009. https://www.scielo.br/j/rap/a/ptr6WM63xtBVpfvK9SxJ4DM/?format=pdf=pt

Bibliografia complementar

ABRUCIO, F. L. Três agendas, seus resultados e um desafio: balanço recente da administração pública federal brasileira. Desigualdade & diversidade (PUCRJ), n. 11, p. 119-142, dez. 2011.

AGE, Luiza Moritz; SCHOMMER, Paula Chies. Coprodução de Serviço de Vigilância Sanitária: Certificação e Classificação de Restaurantes. RAC, Revista de Administração Contemporânea. Artigos Tecnológicos. Rio de Janeiro, ahead of print, março 2017. Disponível em: http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/ahead_63.pdf.

AGRANOFF, Robert. Reconstructing Bureaucracy for service: innovation in the governance era. In: ANSELL, C. & TORFING, J. Public Innovation through Collaboration and Design. Oxon and New York: Routledge, 2014. (Routledge Critical Studies in Public Management) (pgs. 41-69).

ANDION, C. Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. Cadernos EBAPE, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 1-19, mar. 2012.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. Opinião pública, v. 14, p. 43-64, 2008.

Plano de Ensino

AVRITZER, Leonardo. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (Org.). Democratizar a democracia. Rio de Janeiro: Record, 2002, v. 1, p. 01-678.

AVRITZER, Leonardo. Participatory institutions in democratic Brazil. Washington: Woodrow Wilson Center Press; Baltimore: The John Hopkins University Press, 2009.
BENTO, L. V. Governança e governabilidade na reforma do Estado. Barueri: Manole, 2003. BRANDSEN, T., & HONINGH, M. (2015). Distinguishing Different Types of Coproduction: a
Conceptual Analysis Based on the Classical Definitions. Public Administration Review. Vol. 76, Iss. 3, pp. 427-435. DOI: 10.1111/puar.12465.
BRONZO, Carla et al. Conselhos de políticas públicas: desafios para sua institucionalização. 2002.

CARNEIRO, José Mario Brasiliense; FREY, Klaus. (org.). Governança multinível e desenvolvimento regional sustentável: experiências do Brasil e da Alemanha. São Paulo: Oficina Municipal, 2018.
https://oficinamunicipal.org.br/uploads/attachments/libraryitem/34/Governan%C3%A7a_Multinivel_-_Miolo.pdf

CARNEIRO, Ricardo; MENICUCCI, Telma M. G. Gestão pública no Século XXI - as reformas pendentes. 1686 Texto para discussão IPEA, Brasília, IPEA, dezembro de 2011. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1686.pdf

CASTOR, B. V. J. Em busca do Santo Graal: por que as reformas administrativas não dão certo? In: CASTOR, B. V. J. O Brasil não é para amadores. Curitiba: EBEL/IBPQ-PR, 2000. p. 129-152

CAVALCANTE, Pedro. CAMOES, Marizaura; CUNHA, Bruno; SEVERO, Willber. (org.) Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil. Brasília: Enap: Ipea, 2017. Disponível em:
http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2989/1/171002_inovacao_no_setor_publico.pdf

CICONELLO, Alexandre. A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil. From poverty to power, 2008.

COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos. Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo; Ed. 34, 2004.

DENEULIN, S.; TOWNSEND, N. Public goods, global public goods and the common good.
International Journal of Social Economics, 34 (1/2), P. 19-36, 2007.

DENHARDT, Janet V.; DENHARDT, Robert B. The New Public Service: Serving, not Steering. New York: M.E.Sharpe, 2003.

DENHARDT, Robert B.; DENHARDT, Jane Vinzant. The New Public Service: Serving Rather than steering. Public Administration Review. Washington: 60 (6), 549-559, Nov./Dec. 2000.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo; ARAÙJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. A criação de municípios e a formalização de regiões metropolitanas: os desafios da coordenação federativa. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 7(3), 295-309.2015.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. Revista de Administração Pública, v.35, Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 199-144.

FARIA, Claudia; RIBEIRO, Uriella Coelho. Entre o legal e o real: o que dizem as variáveis institucionais sobre os conselhos municipais de políticas públicas? In: AVRITZER, Leonardo (Org.). A participação local no Brasil. São Paulo: Editora Côrtes, 2010.

FARIA, Claudia Feres; COELHO, Uriella Ribeiro. Desenho institucional: variáveis relevantes e seus efeitos sobre o processo participativo. In: Pires, Roberto Rocha C. (Org.). Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, 2011. p. 125-136.

GARCIA, Leandro Pereira. Governança para emancipação: uma proposta para o enfrentamento intersetorial de iniquidades. Florianópolis, Universidade do Estado de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2014. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: http://www.tede.udesc.br/tde_busca/processaPesquisa.php?processar=Processar.

GIAMBIAGI, Fabio e BARROS, Octavio (orgs.). Brasil pós-crise: agenda para a próxima década.
Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GUERZOVICH, F.; MOSES, M. Learning to open government: findings and reflections on how the Open Government Partnership is playing out, in practice, in five countries. Global Integrity. Transparency & Accountability Initiative, 2016. http:

Plano de Ensino

//www.globalintegrity.org/wpcontent/uploads/2016/06/Learning-to-Open-Government-full.pdf

GOMIDE, Alexandre de A.; PIRES, Roberto Rocha C. Capacidades estatais e democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. In: GOMIDE, Alexandre de A.; PIRES, Roberto Rocha C. (edit.). Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas. Brasília, IPEA, 2014 (pgs. 15-28)

KEINERT, Tânia M. M. Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas. São Paulo, Annablume, 2000.

KETTL, Donald F. The global public management revolution: a report on the transformation of governance. The Brookings Institution, Washington, 2000.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? Revista da Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, pp. 479-99, 2006.

LOZANO, Renata Batista et al. Para além da deliberação: desempenho dos conselhos de direitos na implementação de políticas para infância e adolescência em Goiás e no Distrito Federal (2012-2016). 2017.

MEDEIROS, Juliana. Controle Social: a importância dos Conselhos de Direitos na formulação e controle das políticas públicas. GESUAS. Minas Gerais, 9 mai 2019.

NONATO, Fabiana Aparecida dos Santos. Participação social: o desenho institucional do Conselho Municipal de Turismo de Ouro Preto-MG. Revista de Ciências Humanas, n. 1, 2017.

OLIVEIRA, G. J. Governança, governabilidade e accountability: qualidade na administração pública. Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A.

OLSEN, J. P. Maybe it is time to rediscover democracy. Journal of Public Administration Research and Theory, 16, 1-24, 20015. doi:10.1093/jopart/mui027

OSBORNE, Stephen. P. The new public governance? Emerging perspectives on the theory and practice of public governance. Oxon and New York: Routledge, 2010. (Introduction: The (New) Public Governance: a suitable case for treatment? Pgs. 1-16).

OSTROM, Elinor. Crossing the great divide: coproduction, synergy and development. World Development, Vol. 24, No. 6, pp. 1073-1087.1996.

PETERS, G. Bureaucracy and Democracy. Public Organization Review: 10, 209-222, 2010.

REZENDE, Flávio da Cunha. Por que falham as reformas administrativas? Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004.

SALM, José Francisco. Coprodução de Bens e Serviços Públicos. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. P. 42-44. Disponível em: http://issuu.com/carlosvilmar/docs/e-book_dicionario_de_verbetes/46

SALM, J. F.; MENEGASSO, M. E. Os modelos de administração pública como estratégias complementares para a coprodução do bem público. In: ENCONTRO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA,1. 2006, São Paulo: Anpad, 2006. p. 1-13.

SCHOMMER, Paula Chies. Relações Estado-sociedade no Brasil: arquitetura institucional, accountability e coprodução. In: Mendonça, P.M.E.; Alves, M.A.; Nogueira, F.do A. (orgs.) Arquitetura Institucional de Apoio às OSCs no Brasil. São Paulo: FGV, pgs. 180-205, 2013b. Recuperado em 29 de julho de 2015: http://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/u26/livro_articulacaod3.pdf

SCHOMMER, P. C. Desenvolvimento local: reconfiguração de papéis e governança para a coprodução do bem público. In: Ecossistema do desenvolvimento local no Brasil: diálogos sobre a relação e o papel do governo, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada. São Paulo: ICE, GIFE, IBRF, FGV, 2013a.

SILVA, E. M.O Desenho Institucional dos Conselhos nas Cidades Brasileiras de Pequeno e Médio Porte: Gestão de Políticas Públicas no Poder Local. Revista do Serviço Público, v. 69, n. 1, p. 181- 210, 2018.

SOUZA, TEIXEIRA e LIMA. Conselhos nacionais: perfil e atuação dos conselheiros. Relatório de Pesquisa. Brasília, Ipea 2012, 78 p.

Plano de Ensino

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: APN - Graduação em Administração Pública		
Departamento: ESAG-DAP - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PUBLICA ESAG		
Disciplina: Planejamento Público		**Código:** 42PLAN
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2023/2	
Professor: VALERIO ALECIO TURNES	**Contato:** valerio.turnes@yahoo.com.br	

Ementa

Trajetória histórica do planejamento governamental. Fundamentos legais do planejamento governamental. Processo de planejamento governamental: Plano de Governo; Programas, Projetos e Atividades. Dimensão estratégica e operacional do planejamento público. A evolução tecnológica e as novas perspectivas de planejamento público. Estratégias, metodologias e iniciativas de planejamento. Planejamento e participação. Articulação entre o planejamento público e o território. Sistemas de acompanhamento dos planos e projetos.

Objetivo geral

Aprofundar o nível de informação dos estudantes sobre os conceitos e práticas relacionadas ao planejamento público e sua importância para gestores de serviços públicos.

Objetivo específico

Discutir os conceitos de planejamento público

Descrever estratégias e metodologias de planejamento e monitoramento de políticas públicas

Analisar as iniciativas de planejamento público nos níveis federais, estaduais e municipais

Relacionar experiências internacionais de planejamento público

Conteúdo programático

O conceito de planejamento

Planejamento e Política Pública;

O pensamento estratégico aplicado à gestão governamental contemporânea

Metodologias de planejamento

Instrumentos de planejamento público: construção da base estratégica e a visão de longo prazo, insumos para a definição dos programas de governo).

Plano de Ensino

Monitoramento de políticas públicas;

Metodologia

O conteúdo será apresentado através de aulas expositivas/dialogadas, orientação, elaboração e apresentação de trabalhos de pesquisa bibliográfica e troca de experiências entre os participantes e palestrantes convidados. Serão utilizados vídeos e outros instrumentos didático-pedagógicos que visam facilitar o entendimento e envolvimento dos alunos. Serão realizados seminários e palestras em sala de aula.

Sistema de avaliação

A avaliação será formada por 03 trabalhos avaliativos (T), elaborados a partir de temas relacionados ao conteúdo da disciplina e que procuram inferir o nível de compreensão e o discernimento dos alunos em relação aos temas ministrados em aula.
A composição da nota final (NF) será calculada da seguinte forma:

NF = (T1 + T2 + T3)/3
OBS: Caso algum membro da equipe falte no dia da apresentação, mesmo com justificativa, terá direito apenas à nota do trabalho escrito (máximo de 50% da nota total do trabalho).

Bibliografia básica

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, praticas - São Paulo: Atlas, 2008. 331 p. ISBN 9788522451456 (broch.) Número de Chamada: 658.4012 O48p 2008

MINTZBERG, Henry. Ascensão e queda do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2004. 359 p. ISBN 8536303050 (broch.) Número de Chamada: 658.401 M667a

HILHORST, J. G. M. Planejamento regional: enfoque sobre sistemas . Rio de Janeiro: J. Zahar, 1973. 189p.

GUERRA, Alexandre (Org.). Planejamento público e gestão por resultados: uma experiência municipal aplicada. São Paulo: Hucitec, 2016. 253 p. ISBN 9788584040896 (broch.).

Bibliografia complementar

BUARQUE, Sergio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 177 p. ISBN 8586435767 (broch.) Número de Chamada: 630.2745 B917c

ANDRADE, Nilton de Aquino. Planejamento governamental para municípios: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008. 403 p.

NEUMANN, Lycia Tramujas Vasconcellos; NEUMANN, Rogerio Arns. Desenvolvimento comunitário baseado em talentos e recursos locais - ABCD. São Paulo: Global 2004. 127 p

ABRAHÃO, Sérgio Luís. Espaço público: do urbano ao político. São Paulo: EDUSP: Annablume, 2008. 194 p. ISBN 9788574197920 (broch.).

SANTOS, Ailton Dias dos. Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. São Paulo: Ed. Fundação Peiropólis, 2005. 186 p.

TURNES, Valério Alécio; SCHMIDT, Wilson; GUZATTI, Thaíse Costa. Formar novos rurais.Criciúma, SC: EDIUNESC, 2018

Plano de Ensino

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: APN - Graduação em Administração Pública		
Departamento: ESAG-DAP - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PUBLICA ESAG		
Disciplina: Gestão Pública e Governança		**Código:** 52GPG
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2024/2	
Professor: DANIEL MORAES PINHEIRO	**Contato:** daniel.m.pinheiro@gmail.com	

Ementa

Estado Democrático, governo, governança e gestão pública no Brasil pós CF88: desafios e perspectivas. O Federalismo brasileiro, a descentralização e a coordenação federativa. Coordenação horizontal, vertical, intersetorial, interorganizacional e regional/territorial. Governança colaborativa e articulação de diferentes atores e recursos nas políticas públicas e na ação pública. Principais políticas nacionais em rede e seus sistemas: níveis, regulação, mecanismos de gestão/governança e dispositivos legais. Gestão pública na prática no Brasil e no mundo: desafios e tendências.

Objetivo geral

Aprofundar a compreensão dos alunos sobre o funcionamento e os desafios da gestão do Estado Democrático de Direito no Brasil, a partir do pacto federativo, enfatizando a perspectiva da governança pública e das interações socioestatais na gestão das políticas e programas públicos

Objetivo específico

- Compreender o Estado Democrático no Brasil, a partir do pacto federativo e os diferentes níveis de governo e seus papéis, responsabilidades, recursos e margem de atuação com base na CF88 e nas mudanças legislativas subsequentes;
- Discutir e problematizar a noção de Estado e sua configuração a partir das noções de governo e governança pública, buscando compreender as diferenças e complementaridade entre as dimensões de legitimidade (incluindo a política e legal) e de gestão do Estado (administração pública), com foco na interface entre representatividade e na resolução dos problemas públicos;
- Explorar políticas nacionais em rede e seus sistemas: níveis, regulação, mecanismos de gestão/governança e dispositivos legais;
- Adentrar o debate científico internacional sobre a governança e diferentes formas de interpretação da governança e seus tipos, focalizando na compreensão empírica do fenômeno enquanto um processo de pilotagem e manejo de relações voltado para promoção da ação pública;
- Compreender as diferentes formas de promover e analisar a governança a partir de estudos de caso reais de governança de políticas públicas, envolvendo dinâmicas de coordenação, horizontal, vertical, intersetorial, interorganizacional e regional/territorial.

Conteúdo programático

Unidade 1 - Introdução à Gestão Pública e Governança
- O(s) conceito(s) de Governança
- Estado, Governo e Governança
- Democracia e Estado Democrático de Direito

Unidade 2 - O Debate Nacional e Internacional sobre Governança Pública
- O debate científico sobre Governança Pública
- As diferentes lentes analíticas no estudo da Governança Pública

Plano de Ensino

Unidade 3 - Dinâmicas de Governança Pública na Prática: alcances, limites e desafios na realidade brasileira

Atividades de Extensão

Metodologia

Aulas expositivas com utilização de instrumentos de apoio audiovisuais. Estímulo a leituras, ao acesso a materiais práticos e lúdicos, como complemento ao processo de aprendizagem. Práticas interativas e atividades de campo. Será utilizado o sistema Moodle para disponibilização de materiais, comunicação e orientações durante o semestre.

Sistema de avaliação

1. Avaliação Unidade I - 25%
2. Avaliação Unidade II - 25%
3. Participação (com base no engajamento em aula, atividades e percentual de presença) - 10%
4. Elaboração de Caso de Ensino / Intervenção Prática / Análise de Contexto - 40%

Bibliografia básica

ANDION, C.; MAGALHÃES, T. (Re) aproximando os pragmatismos da análise das políticas públicas. Experimentação e investigação pública em um cenário de crise democrática. Sociedade e Estado, v. 36, n. 2, p. 513-543, 2021, pp. 513-543.
ANSELL, C.; TORFING, C. I. Handbook on Theories of Governance. Cheltenham, Elgar, 2016.
LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. Sociologia da Ação Pública. Maceió: EDUFAL, 2012.

Bibliografia complementar

ABRUCIO, F.L; GRIN, E.J; FRANZESE, C.; SEGATTO, C.I.; COUTO, C.G. Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, ago. 2020, pp. 663-677.
ABRUCIO, F. L.; OLIVEIRA, V. E. Governança do sistema nacional de recursos hídricos: a visão dos atores. IN: LIMA, L. L.; RODRIGUES, M. I. A. Campo de Públicas em ação: coletânea em teoria e gestão de políticas públicas. - Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017.
ATOS, Fernanda; DIAS, Reinaldo. Governança Pública: novo arranjo de governo. Campinas: Alínea, 2013.
BEVIR, Mark. A Theory of Governance. - Berkeley e Los Angeles, California: University of California Press, 2013.
BOULLOSA, R.F; PERES, J. B.; BESSA, L. F. Revista Organizações & Sociedade 28(97), 2021, pp. 306- 332.
CAVALCANTE, P. L. Trends in Public Administration after Hegemony of the New Public Management: a literature review. Revista do Serviço Público. Brasília, 70 (2) 195-218 abr/jun 2019.
CAVALCANTE, P; PIRES, R. R. C. Governança Pública: das prescrições formais à construção de uma perspectiva estratégica para a ação governamental. Boletim de Análise Político-Institucional. Brasília, nº19, dezembro de 2018.
CAVALCANTE, P. Convergências entre a Governança e o Pós-Nova Gestão Pública. Boletim de Análise Político-Institucional. Brasília, nº19, dezembro de 2018.
CUNHA, Rosani Evangelista da. Federalismo e relações intergovernamentais: os consórcios públicos como instrumento de cooperação federativa. Revista do Serviço Público, v.55, n. 3, p.5-36, jul-set. 2004.
DAROIT, D., CRUZ, F. N. B. BASTOS A. P. V., & LARANJA, L. S. Gestão pública, democracia e direitos aos 30 anos da constituição federal. NAU Social, 9(17), 2018, pp. 118-128.
DA SILVA, D. P.; SILVESTRE, H. C.; EMBALO, A. A. A cooperação intermunicipal no Brasil: o caso dos consórcios de resíduos sólidos. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 54, n.5, pp.1239-1259, set-out, 2020.
DEWEY, J. La opinión pública y sus problemas. Madrid: 2004.
FILGUEIRAS, F. Indo além do gerencial: a agenda da governança democrática e a mudança silenciada no Brasil. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, 52(1):71-88, jan. - fev. 2018.

Plano de Ensino

GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, William D. Governar em Rede: o novo formato do setor público. - Brasília/São Paulo: ENAP/Unesp, 2006.
GONSALVES, A. K. R e Andion, C. Ação pública e inovação social: uma análise do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente de Florianópolis-SC. Organizações & Sociedade [online]. 2019, v. 26, n. 89, pp. 221-248.
KISSLER, L; HEIDMANN, F.G Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? Revista de Administração Pública, 2006, pp. 479-499.
LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. Introdução e Capítulo 1 (início). Sociologia da Ação Pública. Maceió: EDUFAL, 2012. pp 1-50.
LEVI-FAUR, D. (ed.) The Oxford Handbook of Governance. Oxford: Oxford University Press, 2012.
LOTTA, G. S; Gonçalves, R.; Bitelman, M. F A Coordenação Federativa de Políticas Públicas: uma análise das políticas brasileiras nas últimas décadas. Cadernos Gestão Pública e Cidadania. São Paulo, v. 19, n. 64, Jan./Jun. 2014.
MOHN, P. A repartição de competências na Constituição de 1988. Brasília a. 47 n. 187 jul./set, 2010, pp. 2- 18.
OLIVEIRA, O.P.; HASSENTEUFEL, P. (Org.). Sociologia política da ação pública: teorias, abordagens e conceitos. Brasília: Enap, 2021, pp 114-134.
PAULA, A. P. P. Por uma nova gestão pública. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
PEREIRA, P. T A teoria da escolha pública (public choice): uma abordagem neoliberal? Análise Social, vol. xxxii (141), 1997 (2°), 419-442.
PETERS. G.; PIERRE, J. Administração Pública: coletânea. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: ENAP, 2010.
PROPIUCK, M. Políticas Públicas e fundamentos da Administração Pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária. São Paulo: Atlas, 2013.
RADIN, B. A. Os instrumentos da gestão intergovernamental. IN: PETERS. G.; PIERRE, J. Administração Pública: coletânea. - São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: ENAP, 2010.
RODRIGUES Neto, D. D.; BARCELOS, M. Histórias na agenda: uma aplicação do "Narrative Policy Framework". Revista De Administração Pública, 54(6), 1632-1653, 2020.
RHODES, R.A.W. The New governance: Governing without Government. Political Studies, [s.l.], v. XLIV, p. 652-667, 1996.
SISK, Timothy D. et al. Democracia em nível local: manual de participação, representação, gestão de conflito e governança do International IDEA. Curitiba: Atuação, 2015.
SOUZA, B.C. G. Políticas Públicas e Teoria Neoinstitucional: Validades e Aplicações. Anais do ENAPG, 2009, pp. 1-13.
ZITTOUN, P. A abordagem pragmática das políticas públicas In: OLIVEIRA, O.P.; HASSENTEUFEL, P. (Org.). Sociologia política da ação pública: teorias, abordagens e conceitos. Brasília: Enap, 2021, pp 114- 134.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: APN - Graduação em Administração Pública		
Departamento: ESAG-DAP - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PUBLICA ESAG		
Disciplina: Ética na Administração Pública		**Código:** 42ETIC
Carga horária: 36	**Período letivo:** 2023/2	
Professor: EDUARDO DE BORBA	**Contato:** eduardoburocratico@gmail.com	

Ementa

Conceitos de ética e moral. Ação moral. Teorias éticas: virtude, deontologia, consequencialismo, ética da discussão, ética da convicção e da responsabilidade. Ética e dilemas morais no exercício da administração pública. Relação entre legalidade e moralidade. Desafios éticos contemporâneos.

Objetivo geral

Desenvolver as capacidades de análise crítica e de conhecimento ético-filosófico aplicados à Administração Pública.

Objetivo específico

i. Compreender e os conceitos fundamentais da ação moral (filosofia prática, ética e ação);
ii. Analisar, discutir e comparar diferentes teorias éticas e suas respectivas teorias da justiça;
iii. Analisar as questões éticas que perpassam a administração pública;
iv. Discutir temas contemporâneos de ética: dilemas, competência moral e desenvolvimento, educação, corrupção e políticas públicas.
v. Compreender, analisar e argumentar sobre a) o estatuto epistemológico da Administração Pública e b) sobre as razões e motivos que informam a ação coletiva e gestão pública.

Conteúdo programático

1. A área da ética, sua prática e sua teoria;

2. Pensando a ética e a coisa pública no Brasil e em Santa Catarina;

3. Relação entre ética e justiça;

1. Ética das virtudes;

2. Ética deontológica;

Plano de Ensino

3. Ética da convicção/weberiana;

4. Ética consequencialista.

1. Teoria do desenvolvimento moral de Kohlberg;

2. Ética do cuidado;

3. Ética do discurso;

4. Ética e coprodução de serviços públicos.

Aplicação do resultado das discussões do bloco I junto aos aportes teóricos dos blocos II e III por meio de um estudo de caso que visa o engajamento com a tarefa de divulgação (extensão) do conhecimento produzido ao longo do semestre.

Metodologia

As aulas serão expositivas, abertas às questões e ao debate dos conteúdos e temas abordados. Será utilizado um livro texto (MARCONDES, 2007 e BONJOUR; BAKER, 2010) para a exposição e para melhor acompanhamento didático dos alunos, com análise de fragmentos e argumentos originais dos autores estudados e transcritos nos livros-textos.
Conforme a evolução e a digressão das leituras, serão recomendados e analisados outros textos originais ou comentários, bem como a análise de produções culturais (principalmente de livros, filmes e músicas). Paralelamente às aulas, será mantido um fórum de discussão online (via Moodle) onde estarão previstas atividades de compartilhamento de notícias e links que servirão para fomentar a discussão online e em sala de aula.
Também serão estabelecidos vínculos entre o conteúdo e questões cotidianas por meio da análise de notícias e debates contemporâneos da esfera pública. Por fim, teremos a oportunidade de avaliar a fixação do conhecimento por meio de um estudo de caso que será debatido ao longo do semestre e realizado no bloco final da disciplina.

Sistema de avaliação

A avalição final da disciplina consistirá na média das notas considerando os seguintes pesos:

Atividade/Peso/Descrição
Prova I/35%/Avaliação com questões de múltipla escolha
Prova II/35%/Avaliação com questões de múltipla escolha
Estudo de caso/30%/Elaboração, entrega e apresentação de plano de ação para desenvolvimento de um dos objetivos de desenvolvimento sustentável em nível local

Bibliografia básica

BONJOUR, L.; BAKER, A. Filosofia: Textos fundamentais comentados. Porto Alegre: Artmed, 2010.
COHN, Gabriel. Teorias da ação em debate. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais, PUC, 1993.
FREITAG, Barbara. Ética na administração pública. Revista do Serviço Público, v. 56, n. 1, p. 85-94, 2005.
MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007
MISSAGIA, Juliana. Ética do cuidado: duas formulações e suas objeções. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de

Plano de Ensino

Campinas: Mulheres na filosofia, v. 6, n.3, 2020
PINZANI, Alessandro. Habermas. Porto Alegre: Artmed, 2009
SELL, Carlos Eduardo. Sociologia Clássica. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2006

Bibliografia complementar

ARENDT, Hanna. A Condição Humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. São Paulo: Forense, 2017
HABERMAS, Jürgen. A inclusão do outro. Campinas: Editora UNESP,2018.
HABERMAS, Jürgen. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003.
RAWLS, John. Uma teoria da justiça. 2ed. São Paulo: Martins Fontes,2002.
KANT, Immanuel. Fundamentação da metafísica dos costumes. Lisboa: Edições 70, 2007.
MILL, John Stuart. O utilitarismo. Porto: Porto Editora, 2005
PEREIRA-MATIAS, José. Curso de Administração Pública: Foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: APN - Graduação em Administração Pública		
Departamento: ESAG-DAP - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PUBLICA ESAG		
Disciplina: Economia Aplicada à Administração Pública		**Código:** 22GAAP
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2021/2	
Professor: SUAMY CRISTINA SAVARIS LINHARES	**Contato:** suamy_linhares3@hotmail.com	

Ementa

Conceito e princípios de economia. Modelo de Oferta e Demanda. Estruturas de Mercado. Economia e coprodução do bem público. Teoria dos Jogos. Economia da Informação e do Contrato. Fundamentos da Análise Macroeconômica. Principais Agregados e Modelos Macroeconômicos. Moeda, Inflação e Taxa de Juros. Balanço de Pagamentos. Políticas Macroeconômicas. Indicadores Socioeconômicos. Relações Econômicas Internacionais

Objetivo geral

Apresentar o ferramental analítico básico da análise econômica, visando proporcionar ao administrador público uma melhor compreensão dos mecanismos através dos quais as políticas públicas afetam os resultados dos agentes econômicos.

Objetivo específico

- Conhecer os principais modelos microeconômicos.
- Analisar casos da administração pública à luz da microeconomia.
- Compreender a aplicação da microeconomia no contexto da gestão pública.
- Realizar análise de dados microeconômicos que impactam a gestão pública.

Conteúdo programático

Parte 1 - Introdução e Princípios básicos.
1.1 Dez princípios de economia.

Parte 1 - Introdução e Princípios básicos.
1.2 Sistemas econômicos e estruturas de mercado.

Parte 2 - Fundamentos de microeconomia.
2.1 As forças de mercado da oferta e da demanda.

Parte 2 - Fundamentos de microeconomia.
2.2 Demanda, Oferta e Equilíbrio de Mercado.

Parte 2 - Fundamentos de microeconomia.
2.3 Externalidades e Bens Públicos.

Plano de Ensino

Parte 2 - Fundamentos de microeconomia.
2.4 Teoria dos Jogos.

Parte 2 - Fundamentos de microeconomia.
2.5 Economia da Informação e do Contrato.

Parte 3 - Fundamentos de macroeconomia.
3.1 Medindo a renda nacional.
3.2 Medindo o custo de vida.

Parte 3 - Fundamentos de macroeconomia.
3.3 Produção e crescimento.

Parte 3 - Fundamentos de macroeconomia.
3.4 Poupança, investimento e sistema

Parte 3 - Fundamentos de macroeconomia.
3.5 Crescimento da moeda e inflação.

Parte 4 - Economia e comércio internacional.
4.1 Fatores determinantes do comportamento das exportações e importações.
4.2 Balanço de Pagamentos.

Parte 4 - Economia e comércio internacional.
4.3 O Brasil no cenário econômico internacional.

Metodologia

- O programa será desenvolvido através de aulas expositivas dialogadas e aulas de exercícios.
- O semestre letivo contará com 72 horas de aula, das quais 8 horas serão presenciais, 30 horas serão síncronas on-line e 34 horas assíncronas.
- As aulas síncronas on-line ocorrerão por meio de transmissão ao vivo através do Big Blue Button (BBB) - extensão do Moodle.
- As aulas no modo síncrono presencial ocorrerão por meio de aulas presenciais com transmissão on-line.
- Após a aula, o vídeo será disponibilizado no Moodle para que todos os alunos possam acessar a qualquer momento.
- Todas as aulas assíncronas serão compostas pela resolução de exercícios ou trabalhos e que deverão ser entregues ao professor na forma de arquivo digital (digitalização, foto, etc.), em formato PDF ou Word, postados no ambiente Moodle na data prevista.
- Os alunos poderão tirar suas dúvidas através dos e-mails: suamy_linhares3@hotmail.com e suamy.linhares@udesc.br ou conversar via chat do Moodle.
- O meio de comunicação da professora com os alunos será através do e-mail que o aluno possui cadastrado no Siga, o disparo dos e-mails ocorre via Polvo. Qualquer alteração no cronograma da disciplina será previamente informado pela professora através deste canal de comunicação. Além disso, o Plano de Ensino disponível no Moodle será mantido sempre atualizado.
- Todo o material necessário para o acompanhamento da disciplina será disponibilizado pela professora via Moodle. Assim, não haverá necessidade do aluno ter os livros de forma física.

Plano de Ensino

Sistema de avaliação

A avaliação da disciplina seguirá da seguinte forma:

- Enquanto perdurar o sistema de aulas remotas e híbridas as provas presenciais serão substituídas por atividades avaliativas individuais e sem consulta que seguirão o horário e data marcada no Cronograma.
- Os alunos serão avaliados por meio de duas provas individuais e sem consulta, um trabalho em grupo e a entrega das listas de exercícios. A primeira prova tem peso 30%, a segunda prova peso 30%, o trabalho em grupo tem peso de 20% na média final e a entrega das listas tem peso 20%. Observação: não serão contabilizadas as entregas de listas de exercícios atrasados.

- As avaliações ocorrerão via questionário do Moodle.

Média Final = (Prova 01 * 0,30) + (Prova 02 * 0,30) + (Trabalho em Grupo * 0,20) + (Listas de Exercícios * 0,20)

- As provas de segunda chamada serão realizadas apenas mediante o que consta na resolução nº 018/2004-CONSEPE.

Bibliografia básica

MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. Economia: micro e macro. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Bibliografia complementar

EQUIPE DE PROFESSORES DA USP. Manual de Economia. São Paulo: Saraiva, 2011.

FROYEHALL, Robert E, Lieberman, Marc. Microeconomia: princípios e aplicações. São Paulo: Pioneira, 2003.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. Economia: fundamentos e aplicações. 2. ed. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2009.

SANDRONI, Paulo. Novíssimo dicionário de economia. 14. ed. São Paulo: Best Seller, 2004.

*Bibliografias auxiliares poderão ser indicadas durante o semestre.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: APN - Graduação em Administração Pública		
Departamento: ESAG-DAP - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PUBLICA ESAG		
Disciplina: Teorias da Administração Pública		**Código:** 22TAP
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2024/2	
Professor: CLENIA DE MATTIA	**Contato:** cleniademattia@gmail.com	
Schirlei Stock Ramos	**Contato:** schirleistock@gmail.com	

Ementa

Patrimonialismo. Estado Moderno e Sociedade. O surgimento da Administração Pública como campo de estudo: o debate sobre a dicotomia entre administração e política. Interfaces entre administração, direito, ciência política e economia. Funções administrativas (POSDCORB). Teoria da Burocracia. Modelo Racional de Organização. Nova Gestão Pública, o Novo Serviço Público e a Governança Pública. Fundamentos da Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais e seus desdobramentos na Administração Pública. Tendências nas teorias da administração pública.

Objetivo geral

Conhecer as principais teorias da administração pública.

Objetivo específico

Relacioná-las à realidade político-cultural nos três poderes (legislativo, executivo e judiciário)
e níveis de governo (municipal, estadual e federal).
- Relacioná-las às organizações públicas, privadas e da sociedade civil.

Conteúdo programático

Unidade I: Abordagens da Administração
o Clássica
o Humanística
o Comportamentalista
o Estruturalista
o Sistêmica e contingencial

Unidade II: Introdução à Teoria da Administração Pública - Origem do Estado - Primórdios da teoria da administração pública - Waldo e sua crítica a Wilson - Dicotomia entre política e administração - Influência persistente da dicotomia - Adoção de técnicas da gestão de negócios

Unidade III: Teorias da Administração Pública - Burocracia - Nova Administração Pública (NAP) - A Nova Gestão Pública - Novo Serviço Público - Governança Pública

Unidade IV: Fundamentos da Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais

Metodologia

A disciplina será desenvolvida por meio de leitura de textos, aulas expositivas, debates, seminários, discussão de textos em pequenos grupos, pesquisa bibliográfica, apresentação de trabalhos em sessão coordenada.

Plano de Ensino

Sistema de avaliação

- Prova 1: 25% da nota. - Prova 2: 35% da nota. - Trabalho Guerreiro Ramos: 20% da nota - Atividades: 20% da nota
Pontos extras: - Zero faltas = 0,5 pontos na nota final.
Obs.: a cada 4 atrasos, leva uma falta.
De forma não obrigatória, o estudante poderá entregar resumos de uma folha, escrito a mão, dos textos vistos em sala. Os alunos que realizarem estes resumos, poderão utilizá-los na prova.

Bibliografia básica

DENHARDT, Robert B. Teorias da administração pública. Tradução de 6ª edição norte-americana por Francisco G. Heidemann. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
GUERREIRO RAMOS, A. A Nova Ciência das Organizações. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1981
MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Teoria Geral da Administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital. São Paulo: Atlas, 2002

MOTTA, Fernando C. P.; VASCONCELOS, Isabella F. G. Teoria geral da administração. 3. ed. rev. São Paulo: Thomson Learning, 2010.

PAULA, A.P.P de. Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 204p.

PROCOPIUCK, Mario. Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária. São Paulo: Atlas, 2013.

Complementar:
ABRUCIO, F. L. O Impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Cadernos ENAP. Brasília, 1997.

. Os avanços e os dilemas do modelo pós-burocrático: a reforma da administração pública à luz da experiência internacional recente. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (Org.). Reforma do Estado e Nova Gestão Pública. Rio de Janeiro: Ed. ação Getúlio Vargas, 1998.

ADE, Rui Otávio B.; AMBONI, Nério. Teoria geral da administração. São Paulo: M. Books,

BEVIR, Mark. Governança Democrática: Uma genealogia. Rev. Sociol. Polít, Curitiba, v.19, n39, p.103-114, jun. 2011.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (Org.). Reforma do Estado e Nova Gestão Pública. Rio de Janeiro : Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

DAHL, Robert A. Sobre a democracia. Brasília: Editora UnB, 2001.
FAYOL, Henri. Administração industrial e geral. São Paulo, Atlas, 1981.
FARAH, Marta Ferreira Santos. Administração pública e políticas públicas. Rev. Adm. Pública

Bibliografia complementar

Plano de Ensino

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: APN - Graduação em Administração Pública		
Departamento: ESAG-DAP - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PUBLICA ESAG		
Disciplina: Topicos Especiais - 2		**Código:** 72TOP.ESP-2
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2023/2	
Professor: IVONETI DA SILVA RAMOS JORGE BRAUN NETO	**Contato:** voneramos@gmail.com **Contato:** brauneto@gmail.com	

Ementa

Ementa: Disciplina de ementa aberta que deverá contemplar temas contemporâneos e tendências do percurso de Governança e Coprodução.

Objetivo geral

Compreender como o método comparativo pode contribuir para a compreensão da administração pública e da governança pública.

Objetivo específico

- Delimitar o conceito e as tipologias de Governança Pública - Explorar as origens, conceitos, métodos e níveis de análise do método comparado. - Discutir as diferentes abordagens da Administração Pública comparada - Compreender a redução sociológica enquanto estratégia para a comparação. - Ambientar o aluno a partir de exemplo representativo de Governança Pública a partir do método comparado. - Desenvolver trabalho de comparação de governança pública.

Conteúdo programático

Governança Pública: conceitos e tipologias

A redução sociológica em Guerreiro Ramos

Administração pública comparada: origens e conceitos

Administração pública comparada: métodos, níveis de análise a abordagens

Case de Governança Pública Comparada

Projetos de comparação em governança pública

Metodologia

Plano de Ensino

O conteúdo será apresentado através de aulas expositivas/dialogadas, orientação, elaboração e apresentação de trabalhos de pesquisa bibliográfica e troca de experiências entre os participantes. Serão utilizados vídeos e outros instrumentos didático-pedagógicos que visam facilitar o entendimento e envolvimento dos alunos. Serão realizados seminários e palestras em sala de aula.

Sistema de avaliação

A avaliação será formada por notas parciais que procuram avaliar o nível de compreensão e o discernimento dos alunos em relação aos temas ministrados em aula. A composição da nota final será calculada da seguinte forma:
- 01 prova: 30%;
- Atividade em sala e participação nos trabalhos propostos - 20%
- Trabalho da Disciplina - 50%

Bibliografia básica

BRANS, Marleen. Administração Pública Comparativa: da teoria geral a estruturas gerais. In: Peters, B. G.; Pierre, J. Administração Pública: coletânea. São Paulo: Editora UNESP, 2010. cap. 19
DENHARDT, R. Teoria Geral de Organizações Públicas. 4.ed. Tradução: Francisco G. Heidemann. Thomson/Wadsworth, 2012.
Jreisat, J. E. Comparative Publica Administration is back, Prudently. Public Adminsitration Review, v. 65, n. 2, mar./abr. 2005.
RAMOS, A. G. A Nova Ciência das Organizações. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981, 1989.
RIGGS, F. W. Administração nos Países em Desenvolvimento. Rio de Janeiro, FGV, 1968
PAULA, A. P. P. de. Por uma nova gestão pública. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

Bibliografia complementar

COSTA, N. A. O. B.; PATRICIO, J. Z. Qualidade e formação como fatores importantes na reestruturação da administração pública portuguesa: o exemplo do setor da saúde. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, Fev. 2012. Disponível em: /goo.gl/DKQFVj>
HEIDEMANN, F. G & SALM, J. F. Políticas Públicas e Desenvolvimento, bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2009.
KEINERT, T. M. M. Administração Pública no Brasil crises e mudanças de paradigmas. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2000.
LOPEZ, F. G. Política e burocracia nos estados da Índia e do Brasil. Rev. Sociol. Polit., Curitiba , v.16, supl. Aug. 2008. Disponível em: http://goo.gl/h1qieg>
MOTTA, P. R. A modernização da administração pública brasileira nos últimos 40 anos. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 41, n. spe, 2007. Disponível em http://goo.gl/1PCcw6 >.
PECI, A.; FREITAS, A. de A.; SOBRAL, F. O dilema "qualidade versus quantidade" no ensino em administração pública: uma análise da experiência norte-americana. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 6, n. spe, Aug. 2008. Disponível em /goo.gl/Y7KeKo>.
SCHWARZ-BLUM, V. Por quê confiamos nas instituições? O caso boliviano. Opin. Pública, Campinas, v. 12, n. 2, Nov. 2006. Disponível em: /goo.gl/u99K7w>
SILVA, L. P. da; FADUL, É. Administração pública de Québec: um caso de mudança cultural. Rev. adm. contemp., Curitiba , v. 15, n. 6, Dec. 2011 . Disponível em: /goo.gl/BcxcjI>
ZWICK, E. et al . Administração pública tupiniquim: reflexões a partir da Teoria N e da Teoria P de Guerreiro Ramos. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro , v. 10, n. 2, Junho/2012. Disponível em /goo.gl/oQ5TtT>.

Plano de Ensino

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: APN - Graduação em Administração Pública		
Departamento: ESAG-DAP - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PUBLICA ESAG		
Disciplina: Ciência Política		**Código:** 22CIEPOL
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2021/2	
Professor: RICARDO ALVES CAVALHEIRO	**Contato:** tatocavalheiro@gmail.com	

Ementa

Fundamentos de Ciência Política. Organização do Estado e Ciência Política. População, povo, nação e território. Teorias contratualistas e os referenciais teóricos clássicos. Teorias da democracia e formação do Estado Democrático. Formas e sistemas de governo. Ideologia e opinião pública. Partidos políticos e instituições da política. Sistemas políticos e eleitorais. Novas formas de organização político-eleitoral. Experimentações e inovações democráticas. Política Global, sistema ONU: papel do Estado brasileiro e cooperação internacional.

Objetivo geral

Proporcionar ao estudante os elementos fundamentais sobre a Ciência Política.

Objetivo específico

Nivelar conhecimento sobre elementos fundantes do Estado, Política, Governo e Democracia.

Conteúdo programático

Apresentação da disciplina e do plano de ensino.

Introdução à Ciência Política.

A organização do Estado Moderno e a Ciência Política.

Estado: População, povo, nação e território.

Os Poderes do Estado: o Princípio da Separação de Poderes.

Formas de estado e de governo.

Normas e procedimentos democráticos.

Plano de Ensino

Sistemas de representação democrática.

Instituições formais e informais.

Partidos políticos.

Forças políticas: sociedade civil, grupos de pressão, opinião pública, imprensa.

Inovações democráticas.

Metodologia

A disciplina se desenvolverá mediante:
1) A disciplina se desenvolverá dentro da plataforma Moodle UDESC. Metade das aulas serão síncronas (alunos e professores simultaneamente interagem em áudio e vídeo) e metade das aulas serão assíncronas (alunos devem realizar exercícios, atividades, leitura de textos, visualização de vídeos, antes do início da aula síncrona).
2) As aulas síncronas serão espaço de aulas expositivas-dialogadas realizadas pelo professor, correção de exercícios, debates de textos e vídeos.
3) As aulas assíncronas serão os momentos de preparação dos alunos para a aula síncrona. Serão os momentos de leituras de textos, visualização de vídeos, realização de exercícios, busca de referenciais práticos para os conteúdos debatidos na disciplina. O aluno pode organizar seu tempo para realização, mas recomenda-se utilizar os períodos nos dias que não teremos aula síncrona.

Serão utilizados como estratégias de ensino-aprendizagem:
1) Aulas expositivo-dialogadas
2) Leitura de textos
3) Exercícios de fixação
4) Correção e feedback dos exercícios de maneira dialogada
5) Estudos de caso
6) Exibição de vídeos e podcasts
7) Debates sobre atualidades
8) Fóruns de interação entre alunos e professor

Sistema de avaliação

A avaliação será feita da seguinte maneira:
1) A prova parcial 1 será realizada com consulta em aula assíncrona com questões para pesquisa e resposta do aluno sobre a primeira metade da matéria de Fundamentos de Ciência Política, valendo 35% da nota final do semestre.
2) A prova parcial 2 será realizada com consulta em aula assíncrona com questões para pesquisa e resposta do aluno sobre a segunda metade da matéria de Fundamentos de Ciência Política, valendo 35% da nota final do semestre.
3) Trabalho - Resenha Crítica e apresentação sobre ao menos dois temas os temas apresentados até a realização da prova parcial 2 (A organização do Estado Moderno e a Ciência Política; Estado: População, povo, nação e território, Os Poderes do Estado: o Princípio da Separação de Poderes; e, Formas de estado e de governo; Normas e procedimentos democráticos; Sistemas de representação democrática; Instituições formais e informais; Partidos políticos; Forças políticas: sociedade civil, grupos de pressão, opinião pública, imprensa; e, Inovações democráticas), valendo 30% da nota final do semestre.

Bibliografia básica

Plano de Ensino

BOBBIO, Norberto. A Teoria das Formas de Governo. Brasília: Ed.UNB, 1994.
BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.
DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2005.
WEFFORT, Francisco C. (Org.). Os clássicos da política. 13ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

Bibliografia complementar

ARON, Raimund. As etapas do pensamento sociológico.Lisboa, Martins Fontes, 1993.
AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. Sistema político brasileiro: uma introdução. 2 ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007.
BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. Opinião Pública, Campinas, Vol. XI, nº 1, Março, 2005, p. 147-168.
BORON, Atílio. Estado, capitalismo e democracia na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
DAHL, Robert Alan. Sobre a democracia. Brasília, DF: Editora UnB, 2001.
MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. Porto Alegre: L&PM, 1998.
REIS, Márlon. O Nobre Deputado - relato chocante (e verdadeiro) de como nasce, cresce e se perpetua um corrupto na política brasileira. São Paulo: Leya, 2014
SCHEEFFER, Fernando. Esquerda e direita hoje: uma análise das votações da Câmara dos Deputados. Curitiba: Appris, 2018.
SROUR, Robert Henry. Classes, regimes, ideologias. São Paulo: Ática, 1987.
SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: APN - Graduação em Administração Pública		
Departamento: ESAG-DAP - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PUBLICA ESAG		
Disciplina: Matemática Aplicada à Administração Pública		**Código:** 12MAAP
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2021/2	
Professor: JONATAN LAUTENSCHLAGE	**Contato:** jlauten@gmail.com	

Ementa

Porcentagem, Variação Absoluta e Relativa. Funções, gráficos e modelagem matemática. Derivadas, Interpretação Geométrica da Derivada, Taxa de Variação Instantânea, Máximos e Mínimos de Funções. Juros simples e compostos. Taxa de juros. Série uniforme de pagamentos. Sistemas de Amortização. Análise de investimentos

Objetivo geral

Oferecer fundamentação matemática para a resolução de problemas econômicos e estatísticos. Desenvolver raciocínio lógico e organizado com utilização de recursos computacionais.

Objetivo específico

Resolver algebricamente problemas com funções e derivas.
Compreender aplicações dos conteúdos matemáticos trabalhados no cotidiano de setores Econômicos

Conteúdo programático

Porcentagem.

Variação Absoluta e Relativa.

Funções.

Gráficos e modelagem matemática.

Limites

Continuidade

Derivadas

Plano de Ensino

Técnicas de Derivação

Interpretação Geométrica da Derivada.

Taxa de Variação Instantânea.

Máximos e Mínimos de Funções.

Taxa de juros.

Juros simples e compostos.

Desconto Simples

Série uniforme de pagamentos.

Sistemas de Amortização.

Análise de investimentos:
Métodos não exatos
Métodos exatos

Análise de investimentos:
Métodos exatos

Metodologia

O conteúdo da disciplina será desenvolvido por meio de aulas expositivo/dialogadas da teoria,
bem como da resolução prática de exercícios em forma individual.
Desenvolvimento de planilhas eletrônicas para solução de problemas matemáticos e criação de gráficos.

Sistema de avaliação

A avaliação da aprendizagem será expressa pela média ponderada dos seguintes itens:
Avaliação Presencial 1: 50% A ser divulgado em aula
Avaliação Presencial 2: 50% A ser divulgado em aula

Plano de Ensino

Bibliografia básica

FLEMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. Cálculo A: funções, limite, derivação e integração. 6. ed. rev., e ampl. São Paulo: Prentice Hall do Brasil, 2007.
SIMON, C. P.; BLUME, L. Matemática para economistas. Porto Alegre: Bookman, 2004.
MORETTIN, P. A.; HAZZAN, S.; BUSSAB, W. de O. Cálculo: funções de uma e várias variáveis. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Bibliografia complementar

ANTON, H. Cálculo: um novo horizonte. 6. ed. Vol1. Porto Alegre: Bookman, 2000.
BRADLEY, T. Matemática aplicada à administração. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2011.
IEZZI, G.; HAZZAN, S.; DEGENSZAJN, D. M. Fundamentos de matemática elementar, 11: matemática comercial, matemática financeira, estatística descritiva. 1. ed. São Paulo: Atual, 2004.
MULLER, F. A.; GARCIA, A. M. Matemática aplicada a negócios: uma ferramenta para comunicação e decisão. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.
STEINBRUCH, A; WINTERLE, P. Álgebra linear. São Paulo: Makron Books, 2006.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: APN - Graduação em Administração Pública		
Departamento: ESAG-DAP - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PUBLICA ESAG		
Disciplina: Licitações e Contratos Públicos		**Código:** 42LCP
Carga horária: 36	**Período letivo:** 2024/2	
Professor: Amanda Marina Lima Batista	**Contato:** amanda.marinalima@gmail.com	

Ementa

Licitação: normas gerais e princípios. Contratação direta: dispensada, dispensa e inexigibilidade. Fases do procedimento licitatório. Modalidades e tipos de licitação. Sustentabilidade ambiental e financeira nas licitações públicas. Contratos administrativos. Equação econômico-financeira do contrato público. Gestão de contratos. Aspectos da arbitragem nos contratos administrativos. Convênios públicos.

Objetivo geral

Estudar os elementos jurídicos e as boas práticas que envolvem o processo de contratação pública, as licitações e os contratos da Administração Pública.

Objetivo específico

- Compreender o processo de licitação.

- Compreender o processo de contratação pública.

- Examinar o controle e a gestão de contratos.

Conteúdo programático

Unidade I - Processo de contratações públicas: Aspectos introdutórios Licitação: conceito e finalidade. Vigência e regime de transição - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Unidade II - Âmbito de aplicação da Lei n. 14.133/2021. Princípios. Definições. Dos Agentes Públicos.

Unidade III - Modalidades licitatórias, critérios de julgamento e regimes de execução.

Unidade IV - Fases da licitação.

Unidade V - Procedimentos auxiliares.

Unidade VI - Contratação Direta: dispensa e inexigibilidade

Plano de Ensino

Unidade VII - Contratos Administrativos.

Metodologia

Aulas expositivas dialogadas, desenvolvidas a partir da legislação, doutrina e jurisprudência,. Realização de provas, de apresentações, de exercícios, de debates sobre temas e atualidades relacionados à Administração Pública, a partir de textos, estudos de caso, filmes, documentários e podcasts previamente indicados.

Sistema de avaliação

A avaliação dos alunos matriculados na disciplina é realizada mediante os seguintes instrumentos:

1. Frequência mínima de 75% das aulas.

2. Resultado obtido nas provas (N1 e N2). Serão realizadas duas provas individuais e escritas para as quais serão atribuídas notas de 0 (zero) a 10 (dez), cada uma delas representando 25% da nota final.

3. Um trabalho em grupo representando 30% da nota final e dois trabalhos individuais representando 10% da nota final cada um, totalizando 50% da nota final em trabalhos.

OBS: O processo de realização de provas de segunda chamada e/ou exames finais será realizado de acordo com o regulamentado pela UDESC.

Bibliografia básica

MENEZES NIEBUHR, Joel et. Al. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2. ed. Curitiba: Zênite, 2021. 1. 283p. Disponível em https://www.zenite.com.br/livros/nova-lei-de-licitacoes- e-contratos-administrativos/

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Licitações e contratos administrativos: teoria e prática. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. Disponível em Minha Biblioteca, com acesso pelo id.udesc

ROCHA, Wesley; VANIN, Fábio S.; FIGUEIREDO, Pedro Henrique Poli D. A Nova Lei de Licitações. Portugal: Grupo Almedina, 2021. 9786556273785.
Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556273785/ , com acesso pelo id.udesc

Bibliografia complementar

FENILI, Renato. Boas práticas administrativas em compras e contratações públicas. Niterói: Impetus, 2016 174 p.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos/ Lei 8.666/1993. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. 1277 p.

JUSTEN FILHO, Marçal. Pregão (comentários à legislação do pregão comum e eletrônico).
5 ed. rev. e atual. São Paulo: Dialética, 2009.

NIEBUHR, Joel de Menezes; NIEBUHR, Pedro de Menezes. Licitações e contratos das estatais. Belo Horizonte: Fórum, 2018 325 p.

Plano de Ensino

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: ADV - Graduação em Administração		
Departamento: ESAG-DAE - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO EMPRESARIAL ESAG		
Disciplina: Introdução à Ciências de Dados		**Código:** 11ICD
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2023/2	
Professor: MARCELO LUIZ BROCARDO	**Contato:** marcelo.luiz.brocardo@gmail.com	

Ementa

Conceitos de dados, informação e conhecimento. Busca de Informações, mapas mentais, identificação e narrativa de situações de negócios. Introdução à análise de dados utilizando planilhas de cálculo em casos aplicados à administração (tipos de dados, operações, funções, filtros e referências, análise de dados com tabela dinâmica, uso de funções e programação). Lógica e funções definidas pelo usuário. Planilha como interface de acesso às bases de dados (importação e exportação de dados).

Objetivo geral

O objetivo desta disciplina é apresentar os conceitos de Ciência de Dados.

Objetivo específico

Capacitar o aluno a entender e utilizar planilhas de cálculo aplicados à administração com ênfase na manipulação de dados.

Conteúdo programático

Apresentação da Disciplina e Plano de Ensino

Mapa mental

Compreender os recursos básicos de planilhas de cálculo Editando e Alterando o conteúdo de uma célula. Referências relativas e absolutas

Compreender a utilização das funções SE e SES

Funções E, OU

Funções SOMASE, SOMASES, CONT.SE e CONT.SES

Conceitos de dados, informação e conhecimento tipos de dados

Plano de Ensino

Compreender a utilização de funções PROCV e PROCX

Planilha como interface de acesso às bases de dados (importação e exportação de dados)

Classificar dados em uma planilha. Filtros. Análise de dados com tabela dinâmica

Metodologia

A metodologia de ensino desta disciplina e´ a de ensino na modalidade presencial.
1. Encontros presenciais
a. Aulas teóricas
b. Exercícios em Laboratório de Informática
c. Solucionar dúvidas e discussões pertinentes

2. Prática: utilização da plataforma de apoio a aprendizagem Moodle, com material disponibilizado on-line.

Sistema de avaliação

O sistema de avaliação esta´ baseado em provas presenciais e trabalhos postados no sistema.

Avaliações presenciais 1 e 2 - 50 % do total da nota do semestre.
Notas das Atividades Entregues nas Aulas - 20 % complementar da nota.
Trabalho (30%): Projeto integrador (interdisciplinar);

A entrega das atividades pelo sistema moodle também contará como "presença" na participação das aulas/atividades. Devendo ser de no mínimo de 70% de entrega das atividades propostas durante o semestre para haver frequência suficiente na disciplina.

Bibliografia básica

- CARLBERG, Conrad George. Administrando a empresa com Excel. São Paulo: Pearson Education do Brasil, c2004. 423 p.
- ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. Manual de planejamento estratégico: desenvolvimento de um plano estratégico com a utilização de planilhas Excel. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158 p.
- KNAFLIC, Cole Nussbaumer. Storytelling com dados: um guia de visualização de dados para profissionais de negócios. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017 241 p.

Bibliografia complementar

- BUZAN, Tony. Mapas mentais para os negócios: revolucione sua atividade empresarial e a maneira como você trabalha. São Paulo: Cultrix, 2017. 332 p
- CONNELL, John. Coding techniques for Microsoft Visual Basic.NET. Washington: Microsoft Press, c2002. 633 p.
- RIBEIRO JÚNIOR, José Ivo,. Análises estatísticas no Excel: guia prático. 2.ed.rev. e ampl. Viçosa, MG: Ed. da UFV, 2013. 311 p
- LEVINE, David M. Estatística: teoria e aplicações: usando o Microsoft® Execel em português . 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. xxv, 804 p.
- COHN, Mike. Desenvolvimento de software com scrum: aplicando métodos ágeis com sucesso . Porto Alegre: Bookman, 2011. xii, 496 p.

Plano de Ensino

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: APN - Graduação em Administração Pública		
Departamento: ESAG-DAP - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PUBLICA ESAG		
Disciplina: Finanças Públicas (EaD)		**Código:** 32FINPUB
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2021/2	
Professor: IVONETI DA SILVA RAMOS	**Contato:** voneramos@gmail.com	

Ementa

Fundamentos e legislação de finanças públicas. Aspectos econômico-financeiros da tributação e dos dispêndios públicos. Conceito e análise econômico-financeira de receitas, despesas e dívida públicas. Indicadores de gestão e de sustentabilidade fiscal. Política fiscal. Fluxos financeiros e a coprodução do bem público. Transparência fiscal. Finanças públicas comparada

Objetivo geral

Oferecer ao aluno o instrumental analítico básico que o capacite a compreender e analisar a lógica das finanças públicas, verificando quais funções o governo teoricamente deve exercer, bem como os impactos sociais dessa participação no setor econômico.

Objetivo específico

Estudar as funções o governo
- Examinar as falhas de mercado e os instrumentos passiveis de serem usados para corrigi-las·
- Aprender a evolução do sistema tributário brasileiro e seus problemas
- Compreender os diferentes principios de tributação
- Diferenciar as esferas governamentais e estabelecer os princípios do federalismo brasileiro·
- Analisar os diferentes conceitos de déficit público e sua relação com a divida pública·
- Analisar a evolução dos gastos publicos e das receitas pública no Brasil
- Resolver os exercícios teóricos e práticos relacionados que envolvem a disciplina
- Analisar dados relacionados às finanças públicas locais (municipal, estadual e nacional)

Conteúdo programático

Razões e funções econômicas da existência do Governo

Receitas Públicas

Despesas/Gastos Públicos e Tamanho do Estado

Federalismo Fiscal

Estudo de Caso Bloco I

Plano de Ensino

Déficits e Dívida Pública

Indicadores de Gestão Fiscal

Política Fiscal

Economia Política do Ajuste Fiscal

Boletins

Metodologia

Os conteúdos serão trabalhados dentro da estratégia de aulas não presenciais (conforme Resolução Nº 032/2020 -CONSUNI e Resolução Nº 050/2020 - CONSUNI) com a seguinte previsão:
- Atividades síncronas: serão realizadas por meio de aula expositiva-dialogada virtual e/ou rodas de conversa virtuais (na sala BBB da plataforma Moodle*), que podem ser complementas com estudos dirigidos/cases, games e questionários/exercícios.
- Atividades Assíncronas: serão realizadas por meio da utilização de recursos tecnológicos da plataforma Moodle, materiais no formato eletrônico (videoaulas, livros, apostilas, artigos, etc), estudos dirigidos/cases, e-quiz, exercícios, videoaulas, fóruns, podcasts, games. Para estas atividades serão estabelecidos prazos de entrega e/ou participação.
Os conteúdos das aulas estao divididos em dois blocos: BLOCO I - Introdução à Finanças Públicas e BLOCO II - Indicadores de Gestão Fiscal e Política Fiscal.
A leitura para cada bloco está indicada no "Cronograma Aulas Nao Presenciais", disposto na sala virtual da disciplina no Moodle. O referido cronograma segue também anexo a este plano de ensino.
* Em caso de instabilidade na plataforma Moodle, poderá ser utilizada a Sala Teams (Microsoft Office da Udesc) para a realização de atividades síncronas. Da mesma forma, a plataforma do Polvo poderá ser utilizada de forma complementar às atividades assíncronas.

Sistema de avaliação

A avaliação será realizada através dos procedimentos abaixo (pesos aplicados às médias):
6.1 Estudos de Caso do Bloco I (ECI): 50%
6.2 Boletim de Gestão Fiscal (ECII): 50%

Média Final = (ECI * 0,50) + + (BGF* 0,50)

Bibliografia básica

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia de. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 4 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.
SILVA, Fernando Antonio Rezende da. Finanças Públicas. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.
RIANI, Flavio. Economia do setor público: uma abordagem introdutória. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

Bibliografia complementar

BALEEIRO, Aliomar. Uma introdução à ciência das finanças. 14 ed. Rio:Forense, 2004.
BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo Roberto. Economia do setor público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
CRUZ, Flávio da; VICCARI JUNIOR, Adauto. Lei de responsabilidade fiscal comentada: lei Complementar nº 101, de 4 de maio

Plano de Ensino

de 2000. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
CRUZ, Flávio da. Comentários à Lei n.4.320. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
MATIAS-PEREIRA, José. Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil. 6. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2012.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: APN - Graduação em Administração Pública		
Departamento: ESAG-DAP - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PUBLICA ESAG		
Disciplina: Comunicação e Negociação na Esfera Pública		**Código:** 32CNEP
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2023/2	
Professor: LAIS SILVEIRA SANTOS	**Contato:** lais.ss@udesc.br	

Ementa

Comunicação e fluxo de comunicação. Aspectos formais da comunicação necessários à administração pública. Expressões e estratégias de comunicação informal. Habilidades comunicativas. Argumentação, retórica, oratória. Negociação: sua dinâmica e a importância em processos decisórios. Negociação e ações coletivas, mediação e arbitragem. Competências e perfil do negociador na gestão de crises e conflitos.

Objetivo geral

Compreender conceitos, definições e práticas que envolvem a negociação, comunicação e a resolução de conflitos para a governança pública.

Objetivo específico

a) Conhecer a prática da comunicação formal e informal na Administração Pública.
b) Conhecer os processos de negociação, mediação e conciliação dedicados a soluções ganha-ganha com diferentes stakeholders.
c) Proporcionar aos estudantes o desenvolvimento de habilidades de comunicação, mediação e negociação que permitam a resolução de conflitos e o alcance de soluções efetivas para a sociedade.
d) Analisar práticas de comunicação e negociação no âmbito Administração Pública, a partir de experiências reais, como gestão de crises/emergências.

Conteúdo programático

Unidade I: Natureza e Processo de Negociação
1.1 O conflito - definições, funções, disfunções e tipos de conflito
1.2 Etapas e métodos de negociação - enquadramento, estratégias e planejamento da negociação
1.3 Estratégias e táticas de negociação - estratégias distributivas, estratégias integrativas
1.4 Perfil dos negociadores - habilidades comunicativas e negociação

Unidade 2 - Fundamentos e Desafios à Interação Humana
2.1 Comunicação: processo, características, facilitadores e dificultadores
2.2 Percepção e barreiras à comunicação
2.3 Portas da comunicação
2.4 Competências para a negociação
2.5 Tipos psicológicos de negociadores

Plano de Ensino

Unidade 3 - Conceitos fundamentais aplicados à área pública: conciliação, mediação e arbitragem
3.1 Conceitos e marco legal
3.2 Tipos e métodos
3.3 Práticas e perspectivas relacionadas à esfera pública
3.4 Gestão de crises e emergências no âmbito da Administração Pública

Unidade 4 - Aspectos formais da comunicação dentro da Administração Pública
4.1 Atos administrativos
4.2 Correspondência oficial

Metodologia

Pretende-se desenvolver a disciplina por meio da utilização de estratégias variadas de ensino-aprendizagem, privilegiando a interação e o diálogo estudante-estudante e estudante-professores, bem como suas vivências/experiências pessoais e profissionais.
- Aulas expositivas: exposição de teorias e temas presentes na literatura, privilegiando sua relação com o contexto real da Administração Pública.
- Leitura de textos, casos ou outros materiais/recursos didáticos indicados pelos professores como requisito básico para o processo de aprendizagem, servindo como alicerce para os debates e as aulas expositivas.
- Debates/diálogos: abertura para diálogos sobre textos e/ou casos (ou outros materiais didáticos) previamente disponibilizados.
- Trabalhos em grupo: elaboração de caso para ensino.
- Desenvolvimento de trabalhos curtos, como questões de debate ou position paper (individuais).
- Ferramentas tecnológicas/audiovisuais para avaliações e revisão de conteúdo em sala de aula.
- Dinâmicas de grupo e casos para ensino.
- Palestras com profissionais da área e/ou visita técnica.
- Filmes e seriados relacionados ao conteúdo programático.
- Questões aplicadas em concursos públicos sobre o conteúdo programático.
- "Breaking News!"
No início de todas as aulas, dois estudantes poderão apresentar, individualmente, em dez minutos cada um, um artigo/texto/notícia sobre tema/conteúdo relevante (fontes confiáveis: preferencialmente científicas, ou jornais, revistas, sites/blogs reconhecidamente "sérios") que, de algum modo, possa ser associado e debatido em relação ao conteúdo da disciplina. A realização da atividade - que é opcional aos estudantes - irá acrescentar 0,5 ponto na média final.

Sistema de avaliação

- Avaliação 1 (50%): 2 provas escritas (25% cada), individuais
- Avaliação 2 (25%): atividades em sala e exercícios para serem realizados em casa (resenhas, questões para debate, position paper etc.)
- Avaliação 4 (25%): elaboração de caso para ensino, em grupo, com aplicação

Bibliografia básica

1)Comunicação:
BERLO, K. O processo da comunicação: introdução à teoria e prática. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
HASWANI, Mariângela. Comunicação Pública: bases e abrangências. São Paulo: Saraiva, 2013
2)Poder:
LEWICKY, Joy; SAUNDERS, David; MINTON, John. Fundamentos
da Negociação. Porto Alegre. Bookman, 2002.
3)Negociação:
ROGER, F.; WILLIAM, U. Como chegar ao Sim. São Paulo: Imago, 1985.

Plano de Ensino

4)Arbitragem:
FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. Manual da arbitragem. São Paulo:
Revista dos Tribunais, 1997, p.102.
5)Mediação:
ALBRECHT, Karl. Agregando valor à negociação. São Paulo: Makron
Books, 1995.
VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Mediação de conflitos e práticas restaurativas. São Paulo: Método, 2008.
6)Conflitos:
SOUZA, L. M. DE; OLIVEIRA, I. L. G. DE. Resolução consensual de conflitos coletivos envolvendo políticas públicas. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 2014.

Bibliografia complementar

1)Comunicação:
HENER, G. Communication and conflict management in local public organizations. Transylvanian Review of Administrative Sciences, v. 6, n. 30, p. 132-141, 2010.
YANKELOVICH, D. The Magic of DIALOGUE. Simon & Schuster, New York, 1999.
2)Poder:
PAULILLO, L. F. Relationships network and negotiation power: a case study of the citrus agribusiness in Brazil. Gestão & Produção, v. 8, n. 3, p. 250-270, 2001.
3)Negociação:
BAZERMAN, M.H. e NEALE, M.A. Negociando Racionalmente. Editora Atlas, 1995.
MARCONDES, Odino. Como chegar a excelencia em negociação: administrando os conflitos de forma efetiva para que todos ganhem. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1993.
4)Arbitragem:
RICHE, Cristina Ayoub. Lei de arbitragem n. 9.307/96: uma solução alternativa para os conflitos de ordem jurídica. Rio de Janeiro: Cidade Nova, 2001. 245 p. ISBN 8574390119 (broch.).
5)Mediação:
AZEVEDO, André Gomma de. Estudos em arbitragem, mediação e negociação. Brasilia Jurídica, 2002.
6)Conflitos:
MARTINELLI, D. P.; ALMEIDA, A. P. DE. Negociação e solução de conflitos: do impasse ao ganha-ganha através do melhor estilo. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: APN - Graduação em Administração Pública		
Departamento: ESAG-DAP - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PUBLICA ESAG		
Disciplina: Tópicos Especiais 1		**Código:** 12TOP1
Carga horária: 36	**Período letivo:** 2024/2	
Professor: EMILIANA DEBETIR DE OLIVEIRA	**Contato:** emilianadebetir@gmail.com	

Ementa

Disciplina de ementa aberta que deverá contemplar temas contemporâneos e tendências do percurso de Gestão Pública.

Objetivo geral

Analisar os conceitos e a prática da administração pública e sua correlação com a coprodução dos serviços públicos. A partir dessa análise, o aluno deverá ser capaz aplicar as funções da administração e a coprodução dos serviços públicos na realização de um projeto social.

Objetivo específico

Aumentar o conhecimento teórico e prático sobre os temas abordados no plano de ensino.

Conteúdo programático

Funções da Administração Pública

Coprodução de serviços públicos

Papéis dos administradores

Elaboração de projetos

Perfis de Liderança

Metodologia

- Descrição: aulas expositivas, dialogadas e interativas, com utilização de aplicativos que favoreçam a interação e a aprendizagem.

- É possível a participação de especialistas, profissionais e/ou acadêmicos com representatividade no campo, para apresentarem suas experiências na gestão de órgãos públicos e/ou organizações da sociedade civil.

- Os materiais de leitura e orientações da disciplina, atividades e avaliações serão disponibilizados na plataforma Moodle.

- O envio de mensagens entre alunos e professor pode ser realizada, por whattsapp. Caso necessário, o aluno pode agendar

Plano de Ensino

atendimento individualizado 20 minutos com a professora. Os períodos para atendimento serão as 5ª feiras, das 17h às 18h30.

Sistema de avaliação

A avaliação será expressa pela composição abaixo:

Método Forma Peso
Participação no processo de elaboração do projeto (Início-meio-fim) Individual 40%
Participação em sala de aula e exercícios Individual 20%
Prova 1 Individual 40%

- Critérios gerais de avaliação: Espera-se que os alunos demonstrem interesse, colaboração e participação nas aulas e nas atividades propostas, bem como compreensão temática e conceitual, leitura crítica, capacidade argumentativa e de síntese, coerência expositiva, organização e articulação nas apresentações e diálogos interdisciplinares.

Serão também considerados os seguintes aspectos:
- Nos trabalhos postados via Moodle serão avaliados: lógica na escrita, utilização dos principais conceitos estudados; criticidade fundamentada das argumentações; clareza conceitual; ortografia correta; cumprimento das normas de elaboração de trabalhos acadêmicos (metodologia científica). A entrega de exercícios se dará em arquivo virtual (postagem no ambiente virtual). Verifiquem se o documento foi enviado, se não está no modo rascunho. Após terem decorrido uma (01) semana do prazo, os trabalhos não serão mais recebidos.

- Proposta ética de postura profissional e pessoal, responsabilidade e compromisso com a própria aprendizagem, espera-se que o aluno respeite: prazos determinados para entrega de trabalhos (as atividades entregues com atraso terão redução na nota), trabalhos nos quais se constatar evidência de cópias de outros trabalhos, livros ou da internet, sem menção às fontes, receberão nota zero e não poderão ser refeitos.

Bibliografia básica

CABRAL, Eloisa Helena de Souza. Terceiro setor: gestão e controle social. São Paulo: Saraiva; 2007.
HARMAN, Willis; HORMANN, John. O Colapso do Velho Paradigma. In: BENNIS, Warren G; RAY, Michael; RINZLER, Alan. O Novo Paradigma nos Negócios: estratégias emergentes para liderança e mudança organizacional. São Paulo: Cultrix, 1996.
PEREIRA, José Matias. Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2008.
PEREIRA, José Matias. Governabilidade, governança e accountability. In: Manual de gestão pública contemporânea. São Paulo: Atlas, 2007.
SALAMONI, L. Estratégias para o fortalecimento do terceiro setor. In: IOSCHPE, E. B. 3º Setor: desenvolvimento social sustentado. 2.ed. Rio de Janeiro, GIFE, Paz e Terra, 1997.
SECCHI, Leonardo. Modelos Organizacionais e reformas na Administração Pública. RAP, Rio de Janeiro, 43 (2), 347-69, mar./abr. 2009.
TORRES, M. D. F. Estado, democracia e administração pública no Brasil. Rio de Janeiro, FGV, 2006

Bibliografia complementar

CABRAL, Eloisa Helena de Souza. Terceiro setor: gestão e controle social. São Paulo: Saraiva; 2007.
HARMAN, Willis; HORMANN, John. O Colapso do Velho Paradigma. In: BENNIS, Warren G; RAY, Michael; RINZLER, Alan. O Novo Paradigma nos Negócios: estratégias emergentes para liderança e mudança organizacional. São Paulo: Cultrix, 1996.
PEREIRA, José Matias. Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2008.
PEREIRA, José Matias. Governabilidade, governança e accountability. In: Manual de gestão pública contemporânea. São Paulo: Atlas, 2007.
SALAMONI, L. Estratégias para o fortalecimento do terceiro setor. In: IOSCHPE, E. B. 3º Setor: desenvolvimento social sustentado. 2.ed. Rio de Janeiro, GIFE, Paz e Terra, 1997.
SECCHI, Leonardo. Modelos Organizacionais e reformas na Administração Pública. RAP, Rio de Janeiro, 43 (2), 347-69, mar./abr. 2009.

Plano de Ensino

TORRES, M. D. F. Estado, democracia e administração pública no Brasil. Rio de Janeiro, FGV, 2006

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

Plano de Ensino

Curso: APN - Graduação em Administração Pública		
Departamento: ESAG-DAP - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO PUBLICA ESAG		
Disciplina: Teorias de Política Pública (EaD)		**Código:** 42TPP
Carga horária: 72	**Período letivo:** 2024/2	
Professor: LEONARDO SECCHI	**Contato:** leonardo.secchi@udesc.br	

Ementa

Conceitos básicos sobre problema público e políticas públicas. Tipologias de políticas públicas. Atores e instituições. Ciclo de Políticas Públicas. Estilos de políticas públicas. A relação entre orçamento público e políticas públicas. O impacto da transformação digital nas políticas públicas. Integração de políticas públicas. As políticas públicas no Brasil e sua gestão: perspectivas e desafios. Políticas Públicas comparadas.

Objetivo geral

Proporcionar ao estudante os elementos essenciais do processo de criação de políticas públicas, seus atores, estilos, instituições e conteúdo.

Objetivo específico

Ressaltar o viés pragmático desse estudo, com exemplos aplicados à nossa realidade.
Despertar o senso crítico em torno das possibilidades e desafios da disciplina.
Preparar os alunos para conteúdos de Políticas Públicas que são demandados em concursos públicos

Conteúdo programático

1. Aula inaugural: o mundo das PP (03/08)
2. Conceitos fundamentais - problema público, policy, politics e polity (10/08)
3. Os três nós conceituais (17/08)
4. Políticas públicas no Brasil e sua gestão: o caso PNE (24/08)
5. Tipos de políticas públicas. (31/08)
6. Tipos de políticas públicas. (07/09)
7. O ciclo de políticas públicas (14/09)
8. O ciclo de políticas públicas (21/09)
9. Prova parcial 1 (28/09)
10. Revisão e feedback da prova 1 (05/10)
11. Instituições (12/10)
12. Atores no processo de política pública (19/10)
13. Atores no processo de política pública (26/10)
14. Estilos de política pública (02/11)
15. Orçamento público e políticas públicas (09/11)
16. Transformação digital, IA e políticas públicas (16/11)
17. Prova parcial 2 (23/11)
18. Feedback prova 2 e preparação exames de recuperação (30/11)

Metodologia

Plano de Ensino

A disciplina se desenvolverá dentro da plataforma Moodle UDESC. Esta disciplina é oferecida em modalidade EaD. O horário oficial da aula é sábado de manhã, mas o conteúdo poderá ser acessado pelos estudantes a qualquer momento via Moodle Udesc.
Haverá quatro tipos de aulas:
Virtual assíncrona: o conteúdo e tarefas ficam no Moodle e podem ser acessados pelos alunos a qualquer momento. As aulas virtuais assíncronas serão os momentos de absorção do conteúdo pelos alunos. Serão os momentos de leituras de textos, visualização de vídeos, realização de exercícios, busca de referenciais práticos para os conteúdos debatidos na disciplina. O aluno pode organizar seu tempo para realização, mas recomenda-se utilizar o sábado de manhã.

Virtual síncrona: professor e alunos irão se encontrar ao mesmo tempo via Moodle (botão Big Blue Button) para interação em áudio e vídeo, aulas expositivas-dialogadas, correção de exercícios, debates de textos e, principalmente, retirar dúvidas, preparação para os exames, feedback dos exercícios. Serão 5 encontros, em sábados de manhã das 8h20 às 10h00. Estas aulas virtuais síncronas serão gravadas e o link da gravação ficará disponível no Moodle.
Presencial: professor e alunos irão se encontrar na ESAG nos dias de aplicação de Provas (1 e 2) e exames de recuperação. A sala de aula de encontro e o horário serão estabelecidos uma semana antes de cada prova.
Serão utilizados como estratégias de ensino-aprendizagem:
5.1 Aulas expositivo-dialogadas
5.2 Leitura do livro texto (E-book "Políticas Públicas" no Minha Biblioteca da UDESC) e de outros materiais bibliográficos indicados pelo professor
5.3 Visualização de vídeos e apresentações
5.4 Simulados de provas de concursos públicos
5.5 Correção e feedback de exercícios de maneira dialogada

Sistema de avaliação

A avaliação se fará com base nas seguintes atividades:
Realização das tarefas no verificador do Progresso de Conclusão do Moodle (20%)
Prova parcial 1 (matéria formal dos capítulos Prefácio, 1, 2, e 3) (40%)
Prova parcial 2 (matéria formal dos capítulos 4, 5, 6 e 7) (40%)

Sistema de bônus:
0,1 décimos por presença efetiva (áudio e/ou vídeo) nas aulas síncronas (máximo total: 0,5 ponto)

Bibliografia básica

HEIDEMANN, Francisco Gabriel, SALM, José Francisco (orgs.), Políticas públicas e desenvolvimento. Brasília: Editora da UnB, 2009.

HOWLETT, M. RAMESH, M., PERL, A. Política Pública: seus ciclos e subsistemas, uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SECCHI, Leonardo, COELHO, Fernando de Souza, PIRES, Valdemir. Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3.ed São Paulo: Cengage, 2019.

Bibliografia complementar

IPEA. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante, volume 1, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília: Ipea, 2018.

FISCHER, Frank. Truth and post-truth in public policy: interpreting the arguments. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. (pp. 1-23).

NEUMANN, Oliver; GUIRGUIS, Katharina; STEINER, Reto. Exploring artificial intelligence adoption in public organizations: a comparative case study, Public Management Review, 26:1, 114-141, 2022. DOI: 10.1080/14719037.2022.2048685

Plano de Ensino

SECCHI, Leonardo. Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage, 2016.

SECCHI, Leonardo, SOUZA DE FRANCESCHI NUNES, Gissele, DE CHAVES, Thiago J. O Plano Nacional de Educação: Análise do Processo de Construção de uma Política Pública tipicamente Brasileira. Administração Pública e Gestão Social, v. 13, n. 4, 2021. DOI: 10.21118/apgs.v13i4.11584. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/11584

WU, Xun, RAMESH, M., HOWLETT, Michael, FRITZEN, Scott. Guia de Políticas Públicas: gerenciando processos. Brasília, ENAP, 2014.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:
I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;
II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);
III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;